



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

PAUTA DA 16ª REUNIÃO

(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

**23/04/2024
TERÇA-FEIRA
às 12 horas**

**Presidente: Senador Paulo Paim
Vice-Presidente: Senadora Zenaide Maia**



Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

**16ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 23/04/2024.**

16ª REUNIÃO, ORDINÁRIA

terça-feira, às 12 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	PL 3619/2023 - Não Terminativo -	SENADOR ROMÁRIO	11
2	SUG 53/2019 - Não Terminativo -	SENADOR IZALCI LUCAS	20
3	PL 503/2020 - Não Terminativo -	SENADORA DAMARES ALVES	48
4	PL 3192/2020 - Não Terminativo -	SENADOR OTTO ALENCAR	49
5	SUG 2/2022 - Não Terminativo -	SENADOR MARCIO BITTAR	63
6	PL 1211/2022 - Terminativo -	SENADOR FLÁVIO ARNS	78

7	PL 1364/2022 - Não Terminativo -	SENADOR ALESSANDRO VIEIRA	86
8	PL 1328/2023 - Não Terminativo -	SENADORA ANA PAULA LOBATO	96
9	PL 4438/2021 - Não Terminativo -	SENADOR PAULO PAIM	107
10	PL 419/2023 - Não Terminativo -	SENADORA PROFESSORA DORINHA SEABRA	129
11	PL 3346/2019 - Não Terminativo -	SENADOR MAGNO MALTA	139
12	REQ 21/2024 - CDH - Não Terminativo -		156
13	REQ 23/2024 - CDH - Não Terminativo -		159
14	REQ 25/2024 - CDH - Não Terminativo -		162

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia(MDB, UNIÃO)			
Randolfe Rodrigues(S/Partido)(3)	AP 3303-6777 / 6568	1 Soraya Thronicke(PODEMOS)(3)	MS 3303-1775
Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(3)	TO 3303-5990 / 5995 / 5900	2 Marcio Bittar(UNIÃO)(3)	AC 3303-2115 / 2119 / 1652
Renan Calheiros(MDB)(3)	AL 3303-2261 / 2262 / 2268	3 Giordano(MDB)(3)(6)(9)	SP 3303-4177
Ivete da Silveira(MDB)(3)	SC 3303-2200	4 Weverton(PDT)(3)	MA 3303-4161 / 1655
Zequinha Marinho(PODEMOS)(3)(12)	PA 3303-6623	5 Alessandro Vieira(MDB)(3)	SE 3303-9011 / 9014 / 9019
Leila Barros(PDT)(3)	DF 3303-6427	6 VAGO	
Izalci Lucas(PL)(3)	DF 3303-6049 / 6050	7 VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PT, PSD)			
Mara Gabrilli(PSD)(2)	SP 3303-2191	1 Otto Alencar(PSD)(2)	BA 3303-3172 / 1464 / 1467
Zenaide Maia(PSD)(2)	RN 3303-2371 / 2372 / 2358	2 Lucas Barreto(PSD)(2)	AP 3303-4851
Jussara Lima(PSD)(2)	PI 3303-5800	3 Margareth Buzetti(PSD)(2)(8)(15)	MT 3303-6408
Janaina Farias(PT)(16)(2)	CE 3303-5940	4 Nelsinho Trad(PSD)(2)	MS 3303-6767 / 6768
Paulo Paim(PT)(2)	RS 3303-5232 / 5231 / 5230 / 5235	5 VAGO(2)(10)	
Humberto Costa(PT)(2)	PE 3303-6285 / 6286	6 Fabiano Contarato(PT)(2)	ES 3303-9054 / 6743
Flávio Arns(PSB)(2)	PR 3303-6301	7 Ana Paula Lobato(PSB)(2)	MA 3303-2967
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)			
Magno Malta(PL)(1)	ES 3303-6370	1 Eduardo Gomes(PL)(11)	TO 3303-6349 / 6352
Romário(PL)(1)	RJ 3303-6519 / 6517	2 VAGO	
Eduardo Girão(NOVO)(5)	CE 3303-6677 / 6678 / 6679	3 VAGO	
Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)			
Dr. Hiran(PP)(1)	RR 3303-6251	1 Laércio Oliveira(PP)(1)(13)(14)	SE 3303-1763 / 1764
Damara Alves(REPUBLICANOS)(1)	DF 3303-3265	2 Cleitinho(REPUBLICANOS)(1)	MG 3303-3811

- (1) Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damara Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- (2) Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- (3) Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- (4) Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- (5) Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- (6) Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- (7) Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- (8) Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLRESDEM).
- (9) Em 31.05.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLDEM).
- (10) Em 19.06.2023, a Senadora Eliziane Gama deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 72/2023-BLRESDEM).
- (11) Em 02.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2023-BLVANG).
- (12) Em 29.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 133/2023-BLDEM).
- (13) Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN).
- (14) Em 02.02.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 001/2024-GABLI/BLALIAN).
- (15) Em 05.02.2024, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 03/2024-BLRESDEM).
- (16) Em 08.04.2024, a Senadora Janaina Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLRESDEM).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUARTAS-FEIRAS 11:00
 SECRETÁRIO(A): CHRISTIANO DE OLIVEIRA EMERY
 TELEFONE-SECRETARIA: 3303-2005
 FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
 E-MAIL: cdh@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 23 de abril de 2024
(terça-feira)
às 12h

PAUTA

16ª Reunião, Ordinária

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA - CDH

	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

Retificações:

1. Inclusão do item 12-REQ 21/2024 (22/04/2024 16:28)

PAUTA

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3619, DE 2023

- Não Terminativo -

Altera o art. 4º da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, para excetuar o benefício de prestação continuada do cálculo da renda familiar per capita mensal utilizada para definição da elegibilidade ao Programa Bolsa Família.

Autoria: Senador Flávio Arns

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH, CAS e terminativo na CAE.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 2

SUGESTÃO Nº 53, DE 2019

- Não Terminativo -

Institui o Minuto da Cidadania, que tem por objetivo difundir os direitos, os deveres e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

Autoria: Jovem Senador Breno Sanches, Jovem Senador Yasmim Stefany Souza, Jovem Senador Isabela Pradebon, Jovem Senador Elda Chaves, Jovem Senador Vivian Gabrieli, Jovem Senador Igor Camilo, Jovem Senador Camila Folieni, Jovem Senador Cibele Loiola, Jovem Senador Pedro Henrique

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 503, DE 2020

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o direito de acesso público a informações sobre condenados por crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

ITEM 4**PROJETO DE LEI Nº 3192, DE 2020****- Não Terminativo -**

Altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006, para ampliar o alcance do Programa.

Autoria: Senador Jaques Wagner

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CAE e terminativo na CMA.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 5**SUGESTÃO Nº 2, DE 2022****- Não Terminativo -**

"Proíbe as escolas de exigirem de crianças comprovante de vacina covid-19".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta

Observações:

Tramitação: CDH.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

[Sugestão \(CDH\)](#)

ITEM 6**PROJETO DE LEI Nº 1211, DE 2022****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para prever o fornecimento obrigatório, pelo poder público, mediante solicitação, de formulários impressos em papel como alternativa aos apresentados em meio eletrônico.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

Tramitação: terminativo na CDH.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1364, DE 2022

- Não Terminativo -

Altera as Leis nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e nº 14.344, de 24 de maio de 2022, para dispor sobre o registro de boletim de ocorrência e a solicitação de medida protetiva de urgência para criança, adolescente, mulher ou pessoa idosa por meio de sítio eletrônico na internet ou de telefone.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 1328, DE 2023

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, para incluir abrangência à discriminação por origem, gênero, contra pessoas com deficiência ou de qualquer natureza.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 4438, DE 2021 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

- Não Terminativo -

Altera as Leis nºs 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), e 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para aprimorar a defesa dos direitos humanos e estabelecer medidas protetivas de urgência para as pessoas idosas e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Emenda 4438 \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 419, DE 2023

- Não Terminativo -

Modifica os arts. 65 e 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar circunstância atenuante e vedar a redução do prazo de prescrição para os crimes que envolvam violência sexual contra a mulher, quando o agente for, na data do fato, menor de 21 (vinte e um) anos ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos de idade.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 3346, DE 2019

- Não Terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para assegurar adaptação razoável do horário de trabalho que permita prestação alternativa ao empregado e ao servidor público, em virtude de escusa de consciência, quando o seu dia de guarda religioso coincidir com os dias ou os turnos do exercício de atividades laborais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 21, DE 2024

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Breves/PA, no mês de maio de

2024, com o objetivo de apurar os casos denunciados de crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes na ilha de Marajó

Autoria: Senador Zequinha Marinho

Textos da pauta:

[Requerimento](#) (CDH)

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 23, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de celebrar os 25 anos da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999.

Autoria: Senador Humberto Costa

Textos da pauta:

[Requerimento](#) (CDH)

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 25, DE 2024

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos da comercialização de dados pessoais no Brasil, com foco na efetividade da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e na proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos

Autoria: Senadora Leila Barros

Textos da pauta:

[Requerimento](#) (CDH)

1



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3619, DE 2023

Altera o art. 4º da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, para excetuar o benefício de prestação continuada do cálculo da renda familiar per capita mensal utilizada para definição da elegibilidade ao Programa Bolsa Família.

AUTORIA: Senador Flávio Arns (PSB/PR)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Altera o art. 4º da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, para excetuar o benefício de prestação continuada do cálculo da renda familiar *per capita* mensal utilizada para definição da elegibilidade ao Programa Bolsa Família.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 4º da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 4º**

.....
§ 2º O benefício de prestação continuada, de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), recebido por quaisquer dos integrantes da família, não compõe o cálculo da renda familiar *per capita* mensal.” (NR)

Art. 2º Ficam revogados:

I – o § 3º do art. 4º da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023;

II – a alínea ‘b’ do inciso I do art. 34 da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei visa a alterar a redação do art. 4º da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, para que não seja computado o benefício de prestação continuada (BPC) no cálculo da renda familiar *per capita* mensal utilizado para definição da elegibilidade ao Programa Bolsa Família (PBF).

O § 2º do art. 4º da Medida Provisória (MPV) nº 1.164, de 2023, que instituiu o Programa Bolsa Família, afirmava que o BPC recebido por quaisquer integrantes da família compõe o cálculo da renda média familiar *per capita* mensal utilizada para aferir a elegibilidade ao programa.

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 11, de 2023 – cuja resultante foi a Lei nº 14.601, de 2023 – preservou o dispositivo supracitado acrescentando um subsequente § 3º, o qual permite que o Poder Executivo autorize o desconto de faixas percentuais do valor do BPC recebido por pessoa com deficiência no cálculo da renda familiar, observado, no que couber, o grau da referida deficiência.

A nosso ver, trata-se de medida ainda insatisfatória. Isso porque não é minimamente razoável utilizar o BPC recebido por uma pessoa com deficiência – seja qual for o tipo ou grau da deficiência –, ou mesmo percebido por uma pessoa idosa, para impedir o acesso de sua família ao PBF.

O BPC possui uma finalidade indenizatória, pois visa a compensar a pessoa com deficiência ou a pessoa idosa pelas necessidades específicas e custos adicionais com os quais lidam no cotidiano. De fato, tais pessoas têm média de gastos com medicamentos e tratamentos de saúde, por exemplo, muito acima das pessoas sem deficiência e de faixa etária mais reduzida, tendo um custo de vida mais oneroso do que a população em geral. O BPC e o Programa Bolsa Família tratam de benefícios com naturezas distintas e escopos complementares, sendo que um não pode ser utilizado para restringir ou impedir o acesso ao outro.

Ademais, a lógica do BPC concedido às pessoas com deficiência e às pessoas idosas é de amparo, de proteção e de resguardo, e, assim sendo,

2





SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

jamais poderia ser utilizado como baliza para restringir o acesso a outros programas de transferência de renda. Pensar o contrário seria impor penalidade, de modo absolutamente temerário e desarrazoado, às pessoas com deficiência, às pessoas idosas, bem como a seus respectivos familiares.

Ante o exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares Senadores à aprovação deste Projeto de Lei para resguardar os direitos das pessoas com deficiência e pessoas idosas.

Sala das Sessões,

Senador FLÁVIO ARNS
PSB-PR

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social; LOAS - 8742/93

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1993;8742>

- art20

- Lei nº 14.601, de 19 de Junho de 2023 - 14601/23

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14601>

- art4

- art4_par2

- art4_par3

- art34_cpt_inc1



SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (Partido Liberal-RJ)

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 3.619, de 2023, do Senador Flávio Arns, que *altera o art. 4º da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, para excetuar o benefício de prestação continuada do cálculo da renda familiar per capita mensal utilizada para definição da elegibilidade ao Programa Bolsa Família.*

Relator: Senador **ROMÁRIO****I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei (PL) nº 3.619, de 2023, tem por finalidade alterar a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, que reinstituiu o Programa Bolsa Família, para que o valor do benefício de prestação continuada (BPC) não seja computado no cálculo da renda familiar mensal *per capita* utilizado como critério de elegibilidade ao Programa Bolsa Família.

Para esse efeito, altera o § 2º do art. 4º dessa Lei, que, atualmente, determina a inclusão do BPC no cálculo da renda, revoga o § 3º do mesmo artigo, que autoriza o Poder Executivo a descontar desse cálculo faixas percentuais do BPC recebido por pessoa com deficiência, e revoga, também, a alínea *b* do inciso I do art. 34 da mesma Lei, que estabelece a vigência dessa autorização a partir de 1º de janeiro de 2024.

O autor justifica a proposta sob o argumento de que o BPC tem uma função indenizatória, ao compensar, amparar, proteger e resguardar pessoas que têm custos com medicamentos e tratamentos de saúde mais elevados do que os suportados pelas pessoas sem deficiência ou mais jovens. Já o Bolsa Família é um programa de transferência condicionada de renda.

O PL nº 3.619, de 2023, foi distribuído às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo à última manifestar-se em caráter terminativo. Não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

Com fundamento nos incisos III e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, este colegiado tem competência para examinar matérias relativas à garantia e promoção dos direitos humanos, bem como proteção e inclusão das pessoas com deficiência e das idosas.

O Programa Bolsa Família tem como objetivos combater a fome, contribuir para evitar a reprodução intergeracional da pobreza e promover o desenvolvimento e a proteção social das famílias pobres. Para esses fins, prevê a transferência de renda condicionada à realização de pré-natal, ao cumprimento do calendário nacional de vacinação, ao acompanhamento do estado nutricional de crianças com até 7 anos e à frequência escolar.

Já o pagamento do BPC é devido às pessoas com deficiência ou idosas que não tenham meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. O recebimento desse benefício é um direito que remete à solidariedade social, fundamentado no reconhecimento de que pessoas em situações notavelmente desvantajosas, enfrentando barreiras, além da pobreza, são mais vulneráveis e precisam de amparo. Dessa forma, o BPC tem um caráter assistencial indissociável de sua função compensatória, que procura nivelar um pouco os desafios significativamente maiores enfrentados por parte da população.

Admitir que o valor recebido a título de BPC entre no cômputo da renda considerada para fins de elegibilidade ao Bolsa Família anula o seu efeito compensatório, tratando igualmente pessoas que são consideravelmente desiguais, em prejuízo daquelas que sofrem dupla exclusão. O próprio § 3º do art. 4º da Lei nº 14.601, de 2023, reconhece a possibilidade de que o valor do BPC seja descontado, mas condiciona isso a ato do Poder Executivo. Entendemos, como o autor da proposição, que o cumprimento de direitos fundamentais não deve ficar subordinado à conveniência ou ao sabor das circunstâncias. Nesse sentido, vemos mérito na proposição.

III – VOTO

Em razão do que foi exposto, concluímos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 3.619, de 2023.

Sala da Comissão,

Senador Romário
Partido Liberal /RJ
Relator

2



SENADO FEDERAL

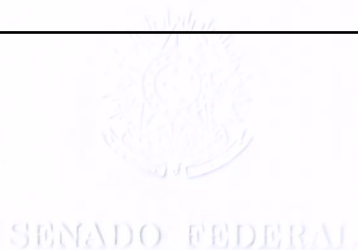
SUGESTÃO N° 53, DE 2019

Institui o Minuto da Cidadania, que tem por objetivo difundir os direitos, os deveres e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

AUTORIA: Jovem Senador Breno Sanches, Jovem Senador Camila Folieni, Jovem Senador Cibele Loiola, Jovem Senador Elda Chaves, Jovem Senador Igor Camilo, Jovem Senador Isabela Pradebon, Jovem Senador Pedro Henrique, Jovem Senador Vivian Gabrieli, Jovem Senador Yasmim Stefany Souza



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO JOVEM Nº 3, DE 2019

Institui o Minuto da Cidadania, que tem por objetivo difundir os direitos, os deveres e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica reservado na programação das emissoras de rádio e televisão e na internet um intervalo para veiculação do Minuto da Cidadania.

Parágrafo único. O custeio dessa inserção será realizado por meio de isenções fiscais na forma da lei.

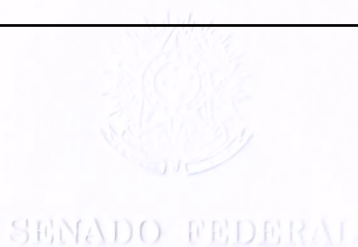
Art. 2º O Minuto da Cidadania será dedicado à conscientização da população acerca dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil por meio da difusão dos direitos, dos deveres e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

Parágrafo único. O Minuto da Cidadania será caracterizado:

I – pela abordagem clara, direta, concisa e acessível, dos dispositivos da Constituição Federal, principalmente dos incisos constantes no Art. 5º;

II – pela adequação da linguagem aos diferentes públicos, incluídas as crianças, os jovens, os adultos, os idosos e as pessoas com **deficiência**;

III – pela adequação do formato aos diferentes meios.



Art. 3º O Minuto da Cidadania será veiculado:

I - por meio de inserções de trinta segundos a um minuto de duração, no intervalo da programação normal das emissoras de rádio e televisão, com duas inserções por dia, uma entre as oito e as vinte horas e outra entre as vinte e as vinte e duas horas;

II – por meio de anúncio publicitário nas redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas, à razão de um anúncio para cada cem anúncios pagos publicados.

Art. 4º. No horário reservado para o Minuto da Cidadania não se permitirá utilização comercial ou propaganda realizada com a intenção, ainda que disfarçada ou subliminar, de promover marca, produto, candidato ou partido político.

Art. 5º. O conteúdo do Minuto da Cidadania será produzido pela Defensoria Pública da União, a quem caberá enviar os programas às emissoras e aos provedores, com antecedência mínima de 24 horas da transmissão.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Um dos maiores problemas que a sociedade brasileira enfrenta atualmente é a falta de conhecimento, por parte da população, acerca do conteúdo da Constituição Federal. Essa falta de conhecimento pode ser atribuída, não apenas à dificuldade de acesso ao texto constitucional, mas à sua linguagem excessivamente técnica e jurídica, que faz com que seu entendimento e, conseqüentemente, sua prática, tornem-se um obstáculo quase intransponível, principalmente pelos indivíduos de baixa escolaridade.

Desinformados quanto aos seus direitos e deveres, os cidadãos não conseguem exercer plenamente seu papel participativo para a melhoria da coletividade em que estão inseridos, o que contribui para a perpetuação

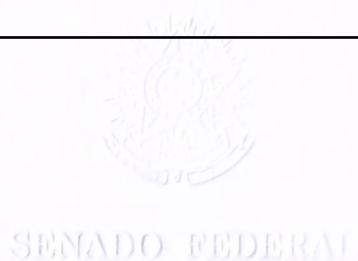


de problemáticas como a negligência, a discriminação e a marginalização de diversos grupos sociais. Para resolver essa situação, o presente projeto visa disseminar as determinações constitucionais sobre os direitos e as garantias fundamentais, de maneira a concretizar os objetivos previstos no art. 3º, quais sejam: “construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Assim como a propaganda político-partidária contribui para ajudar o eleitor na hora da votação, a disseminação dos direitos e garantias fundamentais pode auxiliar na concretização das normas previstas na Constituição. A presente proposta, ao impor às redes de TV e rádio, além da internet, inserções breves expondo partes da Constituição, busca estender a discussão política para além dos programas partidários e assegurar o exercício consciente da cidadania com o conhecimento da lei. Adicionalmente, não é aceitável que os partidos políticos e os candidatos tenham direito a presença gratuita no rádio e na televisão enquanto as bases legais para a cidadania não sejam conhecidas pela população em geral.

Para que possa atingir o maior público possível, é importante que o Minuto da Cidadania seja caracterizado por uma linguagem clara, objetiva e acessível, voltada para a comunicação com as diversas faixas etárias e as pessoas com deficiência. Dessa forma, propõe-se que as normas constitucionais sejam abordadas de maneira prática e simplificada, de modo que todos os públicos entendam e tomem conhecimento dos direitos assegurados por lei.

Por fim, entendemos que o órgão responsável pela produção dos conteúdos a serem veiculados no Minuto da Cidadania deveria ser a Defensoria Pública da União, que, de acordo com o art. 134 da Constituição Federal, tem o dever de promover os direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos.



Sala das Sessões,

Jovem Senador Breno Sanches

Jovem Senadora Yasmin Stefany Souza

Jovem Senadora Isabela Pradebon

Jovem Senadora Elda Chaves

Jovem Senadora Vivian Gabrieli

Jovem Senador Igor Camilo

Jovem Senadora Camila Folieni

Jovem Senadora Cibele Loiola

Jovem Senador Pedro Henrique

PROJETO DE LEI DO SENADO JOVEM Nº 3, DE 2019

Institui o Minuto da Cidadania, que tem por objetivo difundir os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

*Aprovado
Em 29/10/2019
Thalita
Rachet*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica reservado na programação das emissoras de rádio e televisão e na internet um intervalo para veiculação do Minuto da Cidadania.

Art. 2º O Minuto da Cidadania será dedicado à conscientização da população acerca dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil por meio da difusão dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

Parágrafo único. O Minuto da Cidadania será caracterizado:

I – pela abordagem clara, direta, concisa e acessível, dos dispositivos da Constituição Federal, principalmente dos incisos constantes no Art. 5º;

II – pela adequação da linguagem aos diferentes públicos, incluídas as crianças, os jovens, os adultos, os idosos e as pessoas com deficiência;

III – pela adequação do formato aos diferentes meios.

Art. 3º O Minuto da Cidadania será veiculado:

I - por meio de inserções de trinta segundos a um minuto de duração, no intervalo da programação normal das emissoras de rádio e televisão, à razão de uma inserção a cada seis horas;

II – por meio de anúncio publicitário nas redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas, à razão de um anúncio para cada cem anúncios pagos publicados.

Art. 4º. No horário reservado para o Minuto da Cidadania não se permitirá utilização comercial ou propaganda realizada com a intenção, ainda que disfarçada ou subliminar, de promover marca, produto, candidato ou partido político.

Art. 5º. O conteúdo do Minuto da Cidadania será produzido pela Defensoria Pública da União, a quem caberá enviar os programas às emissoras e aos provedores, com antecedência mínima de 24 horas da transmissão.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Um dos maiores problemas que a sociedade brasileira enfrenta atualmente é a falta de conhecimento, por parte da população, acerca do conteúdo da Constituição Federal. Essa falta de conhecimento pode ser atribuída, não apenas à dificuldade de acesso ao texto constitucional, mas à sua linguagem excessivamente técnica e jurídica, que faz com que seu entendimento e, conseqüentemente, sua prática, tornem-se um obstáculo quase intransponível, principalmente pelos indivíduos de baixa escolaridade.

Desinformados quanto aos seus direitos e deveres, os cidadãos não conseguem exercer plenamente seu papel participativo para a melhoria da coletividade em que estão inseridos, o que contribui para a perpetuação de problemáticas como a negligência, a discriminação e a marginalização de diversos grupos sociais. Para resolver essa situação, o presente projeto visa disseminar as determinações constitucionais sobre os direitos e as garantias fundamentais, de maneira a concretizar os objetivos previstos no art. 3º, quais sejam: “construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o

bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Assim como a propaganda político-partidária contribui para ajudar o eleitor na hora da votação, a disseminação dos direitos e garantias fundamentais pode auxiliar na concretização das normas previstas na Constituição. A presente proposta, ao impor às redes de TV e rádio, além da internet, inserções breves expondo partes da Constituição, busca estender a discussão política para além dos programas partidários e assegurar o exercício consciente da cidadania com o conhecimento da lei. Adicionalmente, não é aceitável que os partidos políticos e os candidatos tenham direito a presença gratuita no rádio e na televisão enquanto as bases legais para a cidadania não sejam conhecidas pela população em geral.

Para que possa atingir o maior público possível, é importante que o Minuto da Cidadania seja caracterizado por uma linguagem clara, objetiva e acessível, voltada para a comunicação com as diversas faixas etárias e as pessoas com deficiência. Dessa forma, propõe-se que as normas constitucionais sejam abordadas de maneira prática e simplificada, de modo que todos os públicos entendam e tomem conhecimento dos direitos assegurados por lei.

Por fim, entendemos que o órgão responsável pela produção dos conteúdos a serem veiculados no Minuto da Cidadania deveria ser a Defensoria Pública da União, que, de acordo com o art. 134 da Constituição Federal, tem o dever de promover os direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos.

Sala das Sessões,

Breno Sanches Viana
Jovem Senador Breno Sanches
Yasmin Stefany Souza
Jovem Senadora Yasmin Stefany Souza
Isabela Pradebon Silva
Jovem Senadora Isabela Pradebon
Elda Chaves de Macedo
Jovem Senadora Elda Chaves
Vivian Gabrieli Silva dos Santos
Jovem Senadora Vivian Gabrieli
Igor Camilo Ferreira
Jovem Senador Igor Camilo

Camila Folieni

Jovem Senadora Camila Folieni

Cibele Loiola Coelho Dias

Jovem Senadora Cibele Loiola

Pedro Henrique

Jovem Senador Pedro Henrique

Senado Federal
56ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

PLS Jovem nº 3, de 2019, com as Emendas nºs 1 a 4, ressalvada a Subemenda

Institui o Minuto da Cidadania, que tem por objetivo difundir os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

Matéria **PLSJ 3/2019**

Início Votação **29/11/2019 16:29:41** Término Votação **29/11/2019 16:37:02**

Sessão **2º Sessão Não Deliberativa**

Data Sessão **29/11/2019 13:28:09**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
-	CE	Alan Ferreira	SIM
-	PA	Breno Sanches	SIM
-	AC	Bruna Luiza	SIM
-	MT	Camila Antunes	SIM
-	SP	Camila Folieni	SIM
-	AP	Caroline Ribeiro	SIM
-	MA	Cibele Loiola	SIM
-	BA	Elber Almeida	SIM
-	TO	Elda de Macedo	SIM
-	AM	Giovanna Sotelo	SIM
-	MG	Igor Camilo	SIM
-	RS	Isabela Pradebon	SIM
-	GO	Jamily Kelly	SIM
-	PR	João Joel	SIM
-	RJ	Julio Cesar	SIM
-	PB	Maria Adellaide	SIM
-	RR	Matheus Alves	SIM
-	PE	Monaísa Laís	SIM
-	RO	Nayara Silva	SIM
-	AL	Pedro Henrique	SIM
-	ES	Sanna Abigail	SIM
-	DF	Suzanny Kuhlmann	SIM
-	SC	Thalita Pacher	SIM
-	SE	Vivian Gabrieli	SIM
-	PI	Yasmin Leal	SIM
-	MS	Yasmin Stefany	SIM

Presidente: *Laila Cristina*

SIM:26 NÃO:0 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:27

Maria Adellaide Manoel Campos
 Primeiro-Secretario

Senado Federal
56ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Subemenda à Emenda nº 4 ao PLS Jovem nº 3, de 2019, destacada

Matéria **PLSJ 3/2019** Início Votação **29/11/2019 16:40:15** Término Votação **29/11/2019 16:41:27**
 Sessão **2º Sessão Não Deliberativa** Data Sessão **29/11/2019 13:28:09**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
-	CE	Alan Ferreira	SIM
-	PA	Breno Sanches	SIM
-	AC	Bruna Luiza	SIM
-	MT	Camila Antunes	NÃO
-	SP	Camila Folieni	SIM
-	AP	Caroline Ribeiro	SIM
-	MA	Cibele Loiola	SIM
-	BA	Elber Almeida	SIM
-	TO	Elda de Macedo	SIM
-	AM	Giovanna Sotelo	SIM
-	MG	Igor Camilo	SIM
-	RS	Isabela Pradebon	SIM
-	GO	Jamily Kelly	SIM
-	PR	João Joel	SIM
-	RJ	Julio Cesar	SIM
-	PB	Maria Adellaide	SIM
-	RR	Matheus Alves	SIM
-	PE	Monaísa Laís	SIM
-	RO	Nayara Silva	SIM
-	AL	Pedro Henrique	SIM
-	ES	Sanna Abigail	SIM
-	DF	Suzanny Kuhlmann	SIM
-	SC	Thalita Pacher	NÃO
-	SE	Vivian Gabrieli	SIM
-	PI	Yasmin Leal	SIM
-	MS	Yasmin Stefany	SIM

Presidente: *Laila Cristina*

SIM:24 NÃO:2 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:27

Maria Adellaide maciel Campos

Primeiro-Secretario



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO SOBRAL PINTO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2019.

Às quinze horas e trinta minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e dezenove, na sala cinco, do Instituto Legislativo Brasileiro, sob a Presidência do Jovem Senador Breno Sanches e com a presença dos Senhores Jovens Senadores Pedro Henrique – AL, Yasmin Stefany – MS, Isabela da Silva – RS, Cibele Loiola – MA, Igor Camilo – MG, Elda Chaves – TO, Vivian Gabrieli – SE, Breno Sanches – PA, Camila Folieni – SP, reúne-se a Comissão Sobral Pinto. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente submete à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a presente reunião está dividida em duas partes: a primeira parte destinada à apresentação e votação de Projeto de Lei de autoria da Comissão Sobral Pinto; e a segunda parte destinada à leitura do Projeto de Lei oriundo da Comissão Cecília Meireles, para elaboração de parecer. **1ª Parte:** Foi apresentado o seguinte Projeto de Lei de autoria da Comissão Sobral Pinto: **Projeto de Lei do Senado Jovem nº 3, de 2019**, que “*Institui o Minuto da Cidadania, que tem por objetivo difundir os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal*”. Após a leitura do projeto, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto. O Senhor Presidente suspende a presente reunião às quinze horas e quarenta minutos. A reunião é reaberta às quinze horas e cinquenta e cinco minutos. **2ª Parte:** é feita a leitura da seguinte matéria: **PROJETO DE LEI DO SENADO JOVEM Nº 02, DE 2019**, que “*Dispõe sobre a utilização de bonificação de milhas decorrentes da aquisição de passagens aéreas pela União*”. A Presidência designa a Jovem Senadora Cibele Loiola relatora da matéria. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião às dezesseis horas e dez minutos, determinando que eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão Sobral Pinto, lavrasse a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Breno Sanches Uliana
JOVEM SENADOR BRENO

Presidente da Comissão Sobral Pinto



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO SOBRAL PINTO (JOVEM SENADOR 2019)

LISTA DE PRESENÇA		
2ª REUNIÃO – 27/11/2019		
Membros	Estado	Assinatura
Pedro Henrique	AL	* Pedro Henrique
Yasmin Stefany	MS	Yasmin Stefany Jesus de Souza
Isabela da Silva	RS	Isabela Pradeira da Silva
Cibele Loiola	MA	Cibele Loiola Coelho Dias
Igor Camilo	MG	Igor Camilo Ferreira
Elda Chaves	TO	Elda Chaves da Macedo
Vivian Gabrieli	SE	Vivian Gabrieli Silva dos Santos
Breno Sanches	PA	Breno Sanches Uliana
Camila Folieni	SP	* Camila Folieni

PARECER Nº 3 , DE 2019

Da COMISSÃO CECÍLIA MEIRELES, sobre o Projeto de Lei do Senado Jovem nº 3, de 2019, da Comissão Sobral Pinto, que *institui o Minuto da Cidadania, que tem por objetivo difundir os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal*.

RELATORA: Jovem Senadora NAYARA OLIVEIRA

I – RELATÓRIO

Encontra-se sob análise da Comissão Cecília Meireles o Projeto de Lei do Senado Jovem (PLSJ) nº 3, de 2019, institui o Minuto da Cidadania, que tem por objetivo difundir os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal (CF).

O projeto é composto de cinco artigos. O art. 1º reserva na programação das emissoras de rádio e televisão e na *internet* um intervalo para veiculação do Minuto da Cidadania.

O art. 2º, por sua vez, estabelece que o Minuto da Cidadania será dedicado à conscientização da população acerca dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. O parágrafo único desse mesmo artigo define as características da abordagem a ser realizada.

O art. 3º, ao seu turno, determina que o Minuto da Cidadania será veiculado por meio de inserções de trinta segundos a um minuto de duração, no intervalo da programação normal das emissoras de rádio e televisão, à razão de uma inserção a cada seis horas. Ademais, será veiculado por meio de anúncio publicitário nas redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de *internet assemelhadas*, à razão de um anúncio para cada cem anúncios pagos publicados.

O art. 4º propõe que, no horário reservado para o Minuto da Cidadania, não se permitirá utilização comercial ou propaganda realizada com a intenção, ainda que disfarçada ou subliminar, de promover marca, produto, candidato ou partido político.

O art. 5º indica que o conteúdo do Minuto da Cidadania deverá ser produzido pela Defensoria Pública da União, responsável pelo envio dos programas às emissoras e aos provedores, com antecedência mínima de vinte e quatro horas da transmissão.

O art. 6º, por fim, estabelece que a vigência da lei em que se transformar a proposição deverá ser imediata.

Na justificação, os autores argumentam que a falta de conhecimento, por parte da população, acerca do conteúdo da CF, é um dos maiores problemas enfrentados atualmente pela sociedade brasileira. Atribuem essa falta de conhecimento à linguagem hermética do texto constitucional e propõem, para resolver tal situação, impor às redes de TV e rádio, além da *internet*, inserções breves expondo partes da Carta Magna, buscando estender a discussão política para além dos programas partidários.

II – ANÁLISE

Conforme o Regimento Interno do Senado Jovem, compete a esta Comissão a análise de matérias como a constante no PLSJ nº 3, de 2019.

Não vemos óbice quanto à constitucionalidade e à juridicidade da proposição.

No mérito, julgamos o projeto de lei adequado e pertinente, na medida em que busca atender as demandas da sociedade acerca da importância do exercício pleno e consciente da cidadania.

O projeto visa a levar aos cidadãos informações de interesse público, que muitas vezes são desconhecidas pela população, buscando conscientizar sobre direitos e deveres que estão previstos na CF. Ademais, essas informações seriam repassadas de forma concisa e com uma linguagem de fácil interpretação, visto que muitas vezes são utilizados jargões complexos, que são incompreendidos por uma grande camada da sociedade.

A título de aperfeiçoamento do PLSJ nº 3, de 2019, propomos emenda alterando o artigo 1º, que é adequado, mas, a fim de esclarecer as

condições oferecidas pelo Poder Público, para que as emissoras de rádio e de televisão transmitam o Programa Minuto da Cidadania, achamos importante adicionar o parágrafo único, para determinar que o financiamento desse Projeto ocorrerá através de isenções fiscais, de forma similar à propaganda partidária gratuita.

Sugerimos, ainda, emenda para incluir a palavra “deveres” no *caput* do art. 2º, pois o cidadão, de acordo com a Constituição de 1988, não tem somente direitos, mas também obrigações e deveres. Nesse sentido, alteramos também a ementa.

No mais, a fim de atenuar os gastos, propomos que haja apenas duas exibições ao dia do Programa Minuto da Cidadania, especificamente em horário nobre, compreendido entre as oito e as vinte e duas horas, visto que aumentaria a probabilidade de atingir maior audiência e, conseqüentemente, mais espectadores assistirão ao Programa.

III – VOTO

Em face do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado Jovem nº 3, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA 1

Acrescente-se parágrafo único ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado Jovem nº 3, de 2019:

“Art. 1º
.....

Parágrafo único. O custeio dessa inserção será realizado por meio de isenções fiscais na forma da lei. ”

EMENDA 2

Dê-se a seguinte redação ao *caput* do art. 2º do Projeto de Lei do Senado Jovem nº 3, de 2019:

“Art. 2º O Minuto da Cidadania será dedicado à conscientização da população acerca dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil por meio da difusão dos direitos, dos deveres e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

.....”

SUG EMENDA 4

37
Aprova
Emenda 29/11/16
Thalita
Pacher

Dê-se a seguinte redação ao inciso I do art. 3º do Projeto de Lei do Senado Jovem nº 3, de 2019:

“Art. 3º

.....
I – por meio de inserções de trinta segundos a um minuto de duração, no intervalo da programação normal das emissoras de rádio e televisão, com duas inserções por dia ~~entre as oito e as vinte e duas horas.~~

UMA ENTRE AS OITO E AS VINTE HORAS, E A OUTRA „
ENTRE AS VINTE E AS VINTE E DUAS HORAS.

Isabela Pratekanda Silva

Isabela

Sala da Comissão,

EMENDA 3

aprovado
Thalita
Pacher
Em 29/11/2019

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei do Senado Jovem nº 3, de 2019:

“Institui o Minuto da Cidadania, que tem por objetivo difundir os direitos, os deveres e as garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.”

EMENDA 4

Dê-se a seguinte redação ao inciso I do art. 3º do Projeto de Lei do Senado Jovem nº 3, de 2019:

“Art. 3º

.....

I – por meio de inserções de trinta segundos a um minuto de duração, no intervalo da programação normal das emissoras de rádio e televisão, com duas inserções por dia entre as oito e as vinte e duas horas.

.....”

Sala da Comissão,

SANNA ABIGAIL DE JESUS MELLO

, Presidente

Nayara de Oliveira Silva, Relatora

Comissão Cecília Meireles

Alan Alves Henrique Ferreira
Jovem Senador Alan Alves

Giovanna Moura Sotelo
Jovem Senadora Giovanna Sotelo

João Joel de Oliveira Junior
Jovem Senador João Joel

Julio Cesar M. de Oliveira
Jovem Senador Julio Marques

Laila Cristina de P. Soares
Jovem Senadora Laila Soares

Maria Adellaide Tracil Campos
Jovem Senadora Adellaide Campos

Nayara de Oliveira Silva
Jovem Senadora Nayara Oliveira

Sanna Abigail de Jesus Mello
Jovem Senadora Sanna Mello

Jovem Senadora Thalita Pacher

Thalita Pacher



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO CECÍLIA MEIRELES, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2019.

Às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e dezenove, na sala nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Jovem Senadora Sanna Abigail/ES, e com a presença dos Senhores Jovens Senadores Nayara de Oliveira/RO, Alan Henrique/CE, Maria Adellaide/PB, Laila Cristina/RN, Júlio César/RJ, Giovanna Moura/AM, Thalita Pacher/SC e Joao Joel/PR, reúne-se a Comissão Cecília Meireles. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. Inicia-se a deliberação da pauta. **Deliberativa, ITEM ÚNICO: PROJETO DE LEI DO SENADO JOVEM Nº 03, DE 2019**, que "*Institui o Minuto da Cidadania, que tem por objetivo difundir os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal*". **Autoria:** Comissão Sobral Pinto. **Relatório:** pela aprovação do Projeto, com quatro emendas apresentadas. **Relatora:** Jovem Senadora Nayara de Oliveira. **Resultado:** Após a leitura do relatório e encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão Cecília Meireles, favorável ao Projeto, com as Emendas 1, 2, 3 e 4 - Comissão Cecília Meireles. A Senhora Presidente submete a dispensa da leitura das Atas da reunião anterior e da presente reunião, que são dadas como aprovadas. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerra a reunião às dezessete horas e vinte e cinco minutos, determinando que eu, Bruno Cunha Lima, Secretário da Comissão Cecília Meireles, lavrasse a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente.

Assinatura manuscrita em azul da Jovem Senadora Sanna Abigail/ES.

JOVEM SENADORA SANNA ABIGAIL/ES
Presidente da Comissão Cecília Meireles



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO CECÍLIA MEIRELES (JOVEM SENADOR 2019)

LISTA DE PRESENÇA		
3ª REUNIÃO – 28/11/2019		
Membros	Estado	Assinatura
Alan Henrique	CE	Alan Alves Henrique Ferreira
Maria Adellaide	PB	Maria Adellaide Maciel Campos
Nayara de Oliveira	RO	Nayara de Oliveira Silva
Laila Cristina	RN	Laila Cristina
Júlio César	RJ	Júlio César M. de Oliveira
Giovanna Moura	AM	Giovanna Moura Setelo
Thalita Pacher	SC	Thalita Pacher
Joao Joel	PR	João Joel
Sanna Abigail	ES	Sanna Mello



OF.SF Nº 1068/2019


Em 11 de dezembro de 2019

À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)

Senhora Presidente da CDH,

Em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, encaminho a redação final da proposição apresentada pelos Jovens Senadores: Breno Sanches; Yasmin Stefany Souza; Isabela Pradebon; Elda Chaves; Vivian Gabrieli; Igor Camilo; Camila Folieni; Cibele Loiola e Pedro Henrique, aprovada no Plenário do Senado Federal em 29 de novembro de 2019, no âmbito do Projeto Senado Jovem.

De acordo com o referido parágrafo único, terá o tratamento de sugestão legislativa, prescrito no inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a proposição legislativa devidamente aprovada e publicada nos termos dos arts. 18 e 20 da Resolução nº 42/2010.


Senador Antonio Anastasia
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 53, de 2019, do Jovem Senador Breno Sanches e outros, que *institui o Minuto da Cidadania, que tem por objetivo difundir os direitos, os deveres e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.*

Relator: Senador **IZALCI LUCAS**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a Sugestão (SUG) nº 53, de 2019, no âmbito do Programa Jovem Senador e Jovem Senadora Brasileiros, dos Jovens Senadores Breno Sanches, Camila Folieni, Cibele Loiola, Elda Chaves, Igor Camilo, Isabela Pradebon, Pedro Henrique, Vivian Gabrieli e Yasmim Stefany Souza, que institui o *Minuto da Cidadania*, que tem por objetivo difundir os direitos, os deveres e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

O art. 1º da sugestão reserva, na programação das emissoras de rádio e televisão e na internet, um intervalo para veiculação do Minuto da Cidadania. No parágrafo único, estabelece que o custeio da inserção será realizado por meio de isenções fiscais.

O art. 2º dispõe que o Minuto da Cidadania será dedicado à conscientização da população acerca de normas da Constituição e será caracterizado por abordagem acessível e pela linguagem adequada ao público e ao meio de propagação.

O art. 3º detalha como se dará a veiculação das mensagens.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

O art. 4º veda a divulgação de conteúdo comercial ou político no Minuto da Cidadania.

O art. 5º comanda à Defensoria Pública da União a produção do conteúdo e o prazo no qual deverá enviar o material para emissoras e provedores.

O art. 6º trata da cláusula de vigência, designada para a data de publicação da lei.

Em sua justificação, os autores da proposição apontam que um dos principais problemas que a sociedade brasileira enfrenta é a falta de conhecimento acerca do conteúdo da Constituição, que leva as pessoas a não exercerem seus direitos e a não participarem ativamente da vida social. Diante desse cenário, a sugestão tenciona disseminar informações sobre o texto constitucional, de uma forma acessível e adequada a todos os públicos.

II – ANÁLISE

De acordo com o inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CDH opinar sobre sugestões legislativas. Por sua vez, o § 6º do art. 18 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 12 de agosto de 2010, estabelece que o tratamento dado a tais sugestões é extensivo à proposição aprovada e publicada no âmbito do Programa Jovem Senador e Jovem Senadora Brasileiros. Desse modo, a sugestão encontra amparo regimental para sua apreciação pela CDH.

No mérito, temos que a proposta é conveniente e oportuna, pois visa a oferecer ferramentas para a disseminação de informações básicas sobre cidadania para parcela considerável da população brasileira, parcela esta que se encontra à margem de fontes confiáveis de conhecimento e está, ao contrário, suscetível à influência de produtores de conteúdo com interesses espúrios a promover.

Entretanto, há alguns pontos que merecem atenção.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

Em primeiro lugar, a sugestão estipula, no parágrafo único do art. 1º, que o custeio da inserção será realizado por meio de isenções fiscais, porém não vem acompanhada pela estimativa de seu impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, exigência contida na Constituição e na Lei de Responsabilidade Fiscal. Resolveremos este problema, que é complexo dada a trama de interesses privados e valores constitucionais de apoio à livre iniciativa implicados pela matéria, propondo emenda restringindo o âmbito da proposição às emissoras públicas.

Por fim, registramos que, por se tratar de uma sugestão, o julgamento da proposta em apreciação não é conclusivo neste momento. Ao concordar com o mérito da matéria, esta CDH apenas a transformará em proposição legislativa, nos termos do art. 102-E, parágrafo único, inciso I, do RISF, para só então iniciar seu trâmite como projeto de lei. Com isso, queremos dizer que, ainda que haja eventuais aprimoramentos necessários ora não observados, podemos dar a oportunidade a essa iniciativa, fruto de um dos mais belos projetos desta casa, que é o Programa Jovem Senador e Jovem Senadora Brasileiros, para que possa ser melhor avaliada por outras comissões pertinentes desta Casa, a exemplo da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

III – VOTO

Pelo exposto, com fulcro no art. 102-E, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, somos pela **conversão** da Sugestão nº 53, de 2019, em Projeto de Lei, nos termos seguintes:

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para determinar às emissoras públicas de radiodifusão sonora ou de sons e imagens a veiculação de inserções educativas na sua grade de programação, com o objetivo de difundir os direitos, os deveres e as garantias



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

fundamentais previstos na Constituição Federal, e estabelece regras para o cumprimento dessa obrigação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O *caput* do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea *m*:

“**Art. 38.**

.....

m) as emissoras públicas de radiodifusão sonora ou de sons e imagens são obrigadas a transmitir, diariamente, na sua grade de programação, inserções educativas com o objetivo de difundir os direitos, os deveres e as garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

.....” (NR)

Art. 2º Na produção e veiculação das inserções educativas de que trata a alínea *m* do *caput* do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, serão observadas as disposições desta Lei.

Art. 3º As inserções mencionadas no art. 2º desta Lei terão duração de trinta segundos a um minuto e serão veiculadas duas vezes por dia no intervalo da programação normal das emissoras públicas de rádio e televisão, uma entre as oito e as vinte horas e outra entre as vinte e as vinte e duas horas.

Art. 4º As inserções educativas de que trata esta Lei serão caracterizadas:

I – pela abordagem precisa, direta, concisa e acessível dos direitos, deveres e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal;

II – pela adequação da linguagem aos diferentes públicos, incluídos crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência;



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

III – pela adequação do formato aos diferentes meios.

Parágrafo único. É proibido o uso das inserções para publicidade realizada com a intenção, ainda que disfarçada ou subliminar, de promover o comércio, marca, produto, candidato ou partido político.

Art. 5º O conteúdo das inserções de que trata esta Lei será produzido pelas emissoras públicas de radiodifusão sonora ou de sons e imagens.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

3

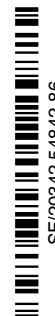
4



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

Altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006, para ampliar o alcance do Programa.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 1º ao 7º da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º**

I – incentivar a conservação e o uso sustentável dos ecossistemas e a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade do meio ambiente;

II – promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza ou de vulnerabilidade social e econômica que exerça atividades de conservação dos ecossistemas ou de melhoria e recuperação da qualidade ambiental;

.....” (NR)

“**Art. 2º** Para cumprir os objetivos do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, a União fica autorizada a transferir recursos financeiros e a disponibilizar serviços de assistência técnica a pessoas em situação de extrema pobreza ou de vulnerabilidade social e econômica que desenvolvam atividades de conservação dos ecossistemas ou de melhoria e recuperação da qualidade ambiental, conforme regulamento.

.....” (NR)

“**Art. 3º** Poderão ser beneficiárias do Programa de Apoio à Conservação Ambiental as pessoas em situação de extrema pobreza ou de vulnerabilidade social e econômica que desenvolvam atividades de conservação dos ecossistemas ou de melhoria e recuperação da qualidade ambiental nas seguintes áreas:

I – unidades de conservação da natureza;

.....
IV – outras áreas definidas como prioritárias por ato do Poder Executivo.

.....
§ 2º O monitoramento e o controle das atividades de conservação e recuperação ambientais nas áreas elencadas nos incisos I a IV ocorrerão por meio de auditorias amostrais das informações referentes ao período de avaliação, ou outras formas, incluindo parcerias com instituições governamentais estaduais e municipais, conforme previsto em regulamento.” (NR)

“**Art. 4º** Para a participação no Programa de Apoio à Conservação Ambiental, a pessoa interessada deverá atender, cumulativamente, às seguintes condições:

I – encontrar-se em situação de extrema pobreza ou de vulnerabilidade social e econômica;

.....
III – desenvolver atividades de conservação dos ecossistemas ou de melhoria e recuperação da qualidade ambiental nas áreas previstas no art. 3º.

§ 1º A participação no Programa de Apoio à Conservação Ambiental está limitada a 2 (dois) membros da mesma família.

§ 2º Para fins do disposto nesta Lei, são consideradas pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica aquelas que se enquadrem, cumulativamente, nos seguintes requisitos:

I – não tenham emprego formal ativo;

II – não sejam titulares de benefício previdenciário ou assistencial ou beneficiárias do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal;

III – tenham renda familiar mensal *per capita* de até 1/2 (meio) salário-mínimo ou a renda familiar mensal total de até 3 (três) salários mínimos;

IV – não tenham recebido, no ano-calendário referente ao exercício da declaração de imposto de renda pessoa física anterior ao ano da data de adesão ao Programa de Apoio à Conservação



SF/20342.54842-86

Ambiental, rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos).

§ 3º Para os efeitos do disposto no § 1º deste artigo, aplica-se a definição de família estabelecida pelo § 1º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.” (NR)

“**Art. 5º** Para receber os recursos financeiros do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, a pessoa beneficiária deverá:

I – ser maior de 18 (dezoito) anos de idade.

II – aderir ao Programa de Apoio à Conservação Ambiental por meio da assinatura de termo de adesão, no qual serão especificadas as atividades de conservação e recuperação ambientais a serem desenvolvidas, bem como as metas de produtividade pactuadas; e

§ 1º Regulamento definirá critérios de priorização das pessoas a serem beneficiadas, de acordo com características populacionais e regionais e conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

.....” (NR)

“**Art. 6º** A transferência de recursos financeiros do Programa de Apoio à Conservação Ambiental será realizada por meio de repasses mensais no valor de um salário mínimo, na forma do regulamento.

.....” (NR)

“**Art. 7º**

I – não atendimento das condições definidas nos arts. 4º e 5º e nas regras do Programa, conforme definidas em regulamento;

II – recebimento, por parte do beneficiário, de recursos provenientes de outros programas ou ações federais de incentivo à conservação ambiental; ou

III – não cumprimento das atividades ou não atingimento das metas, conforme estabelecido no termo de adesão de que trata o inciso II do art. 5º.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3º-A:

“**Art. 3º-A.** São elegíveis para a habilitação das pessoas beneficiárias do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, de acordo com o termo de adesão de que trata o inciso II do art. 5º, as atividades de:

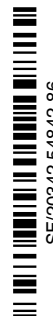


SF/20342.54842-86

- I – conservação da vegetação nativa e dos ecossistemas;
- II – recuperação:
 - a) de áreas degradadas, com a finalidade de conservação da biodiversidade e conservação e melhoria da qualidade do meio ambiente;
 - b) de processos ecológicos essenciais;
 - c) de vegetação nativa, para proteção da biodiversidade, manejo e uso sustentável dos recursos naturais ou mitigação dos efeitos da mudança do clima, inclusive projetos agroflorestais;
 - d) de áreas de recarga de aquíferos.
- III – proteção e manejo de espécies da flora nativa e da fauna silvestre;
- IV – monitoramento da qualidade do meio ambiente;
- V – mitigação ou adaptação às mudanças do clima;
- VI – manutenção de espaços públicos que tenham como objetivo a conservação, a proteção e a recuperação de espécies da flora nativa ou da fauna silvestre e de áreas verdes urbanas destinadas à proteção dos recursos hídricos;
- VII – educação ambiental;
- VIII – apoio à manutenção de espécimes da flora nativa e da fauna silvestre mantidos pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA);
- IX – apoio à implantação, gestão, monitoramento e proteção de unidades de conservação da natureza;
- X – coleta seletiva, reciclagem ou destinação adequada de resíduos sólidos.”

Art. 3º Durante a vigência do estado de calamidade pública nacional reconhecido pelo Congresso Nacional em razão de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente de pandemia, as ações e despesas relativas à implementação e à execução do Programa de Apoio à Conservação Ambiental de que trata a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, integrarão os esforços governamentais de enfrentamento dos efeitos sociais e econômicos decorrentes dessa situação e ficam sujeitas ao regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações estabelecido pela Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020.

Art. 4º O Poder Executivo, no prazo de cinco dias, contado da publicação desta lei, encaminhará ao Congresso Nacional o pedido de abertura de crédito adicional extraordinário necessário à cobertura dos auxílios financeiros de que trata esta Lei, no valor de R\$ 3,76 bilhões.



SF/20342.54842-86

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

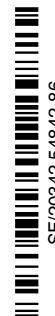
Este projeto de lei busca criar as condições mínimas para que o Programa de Apoio à Conservação Ambiental, instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e conhecido como “Bolsa Verde”, possa ser ampliado para se tornar uma grande ferramenta de distribuição de renda, de combate à recessão e de justiça social, além de, ao mesmo tempo, contribuir grandemente para a conservação do meio ambiente e da biodiversidade, o saneamento dos passivos ambientais, a melhoria da qualidade de vida nas cidades e no campo e a mitigação dos efeitos da mudança do clima. Nesse sentido, ele assegura aos beneficiários, especialmente neste contexto de pandemia e de suas consequências econômicas e sociais que perdurarão para além do estado de calamidade pública oficialmente reconhecido, o exercício de uma atividade produtiva remunerada, nobre e necessária para a superação de duas grandes crises – a ambiental e a econômica.

A adoção dessa medida justifica-se pela necessidade de garantir a milhares de brasileiros desempregados e sem meios adequados de subsistência a dignidade proporcionada pelo desenvolvimento de um trabalho de grande importância social, ampliando o alcance de um programa que, após quase nove anos de sua criação, ainda é incipiente.

Esta proposição alarga a abrangência do Bolsa Verde, hoje restrito às famílias em situação de extrema pobreza. Pretendemos atingir também as pessoas que ainda não chegaram a essa situação de máxima gravidade, mas que, sem o amparo do Estado neste momento desesperador, sofrerão cada vez mais, podendo chegar à fome e à miséria.

Importa lembrar que não se trata da criação de um direito universal ou de uma obrigação ao poder público de atendimento a todas as pessoas em situação de vulnerabilidade social, mas sim de um instrumento que permitirá, com planejamento e estratégia apropriados, avançar paulatinamente no bem-estar social e na gestão ambiental.

Além da ampliação do público alvo do Programa, o projeto aumenta a remuneração devida àquelas pessoas que optarem por desenvolver ações de conservação e recuperação do meio ambiente como forma de garantir seu sustento, elevando-a a patamares mais condizentes com as necessidades mais elementares das famílias brasileiras afetadas pela crise.



SF/20342.54842-86

Iniciativa semelhante implementada no Paquistão vem sendo divulgada com entusiasmo pelo Fórum Econômico Mundial. No país asiático, o governo acelerou, durante a pandemia, um programa que pretende plantar 10 bilhões de árvores em cinco anos e que remunera 63.600 trabalhadores desempregados para o desenvolvimento de atividades como instalação de viveiros, plantio de mudas, vigilância ambiental, combate a incêndios florestais, entre outras. O programa tem como objetivo maior combater os efeitos da mudança do clima. O Paquistão é o quinto país mais afetado pelo aquecimento global nas últimas duas décadas, enfrentando um número grande de eventos climáticos extremos, embora pouco contribua para as emissões globais de gases de efeito estufa.

Além de ser uma medida keynesiana oportuna neste momento de crise sanitária e econômica, a aprovação deste projeto, que ajudará na retomada da economia no pós-pandemia, está em sintonia com uma tendência mundial de formulação de políticas públicas que alavanquem investimentos públicos e privados para, simultaneamente, reduzir desigualdades e promover a sustentabilidade ambiental.

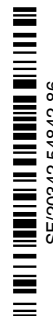
Diga-se, por fim, que a adoção dessa providência contribuirá de maneira significativa para o alcance das metas brasileiras relacionadas à Política Nacional sobre Mudança do Clima e ao Acordo de Paris, especialmente a que estabelece a restauração de 12 milhões de hectares de florestas.

Vale lembrar que, durante o estado de calamidade, estão suspensas as regras fiscais, especialmente a regra de ouro e a meta de resultado primário. Ademais, a execução do disposto no presente PL deve se dar por meio de crédito extraordinário, não contabilizado no teto de gasto. Portanto, não há qualquer impedimento fiscal à execução do projeto. Prevê-se que o governo deverá abrir crédito extraordinário de até R\$ 3,76 bilhões, suficiente para pagar 300 mil auxílios no valor de um salário mínimo (considerando o valor de 2020) por doze meses.

Diante da indubitável contribuição da medida aqui proposta para a implementação da desejada justiça socioambiental no País, espero contar com o apoio de todos os membros do Congresso para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador JAQUES WAGNER



SF720342.54842-86



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3192, DE 2020

Altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006, para ampliar o alcance do Programa.

AUTORIA: Senador Jaques Wagner (PT/BA)



[Página da matéria](#)

LEGISLAÇÃO CITADA

- Emenda Constitucional nº 106 de 07/05/2020 - EMC-106-2020-05-07 , PEC DO ORÇAMENTO DE GUERRA - 106/20
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2020;106>
- Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social; LOAS - 8742/93
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1993;8742>
 - parágrafo 1º do artigo 20
- Lei nº 10.696, de 2 de Julho de 2003 - LEI-10696-2003-07-02 - 10696/03
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2003;10696>
- Lei nº 10.836, de 9 de Janeiro de 2004 - Lei do Programa Bolsa Família - 10836/04
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2004;10836>
- Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006 - Lei da Agricultura Familiar - 11326/06
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006;11326>
- Lei nº 12.512, de 14 de Outubro de 2011 - LEI-12512-2011-10-14 - 12512/11
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2011;12512>

PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 3.192, de 2020, do Senador Jaques Wagner, que altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006, para ampliar o alcance do Programa.

Relator: Senador **OTTO ALENCAR**

I – RELATÓRIO

Em exame na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 3.192, de 2020, de autoria do Senador Jaques Wagner, que busca alterar a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para ampliar o alcance do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, conhecido como “Bolsa Verde”.

O PL propõe alterar os arts. 1º a 7º da Lei para: a) incluir, entre os objetivos do Programa, a melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente e a promoção da elevação de renda para pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica; b) ampliar as unidades de conservação da natureza e áreas definidas como prioritárias pelo Poder Executivo que podem ser beneficiárias do Programa; c) limitar a participação no Programa a dois membros da mesma família e definir o conceito de pessoas em situação de vulnerabilidade social para fins de aplicação da Lei; d) retirar a necessidade de inscrição em cadastro mantido pelo Ministério do Meio Ambiente para receber os recursos financeiros do Programa; e) aumentar o valor e a frequência de repasses financeiros do Programa; e f) alterar as condições para cessação da transferência de recursos do Programa. Além disso, propõe o acréscimo do art. 3º-A na Lei, para estabelecer as atividades elegíveis para habilitação de pessoas como beneficiárias do Programa.

O PL dispõe, ainda, sobre a aplicação da Lei em que a proposição se tornar no contexto da vigência do estado de calamidade pública nacional em razão de emergência de saúde pública decorrente da pandemia. Estabelece, também, prazo para o Poder Executivo encaminhar ao Congresso Nacional o pedido de abertura de crédito adicional extraordinário necessário à cobertura dos auxílios financeiros de que trata a Lei.

A cláusula de vigência é imediata.

Para justificar a iniciativa, o autor aponta que ao estabelecer condições mínimas para a ampliação do Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde), o PL auxiliará para que o Programa se torne grande ferramenta de distribuição de renda, de combate à recessão e de justiça social, além de, ao mesmo tempo, contribuir para a conservação do meio ambiente e mitigar os efeitos da mudança do clima.

A matéria foi distribuída à análise da CDH e segue à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e à Comissão de Meio Ambiente (CMA), para decisão terminativa.

Até a presente data, a proposição não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção, garantia e promoção dos direitos humanos, razão pela qual é regimental a análise da matéria por este colegiado.

Em relação ao mérito, a proposição busca alargar a abrangência do Bolsa Verde, instituído pela Lei nº 12.512, de 2011, e regulamentado pelo Decreto 7.572, de 28 de setembro de 2011, que é restrito hoje às famílias na área rural em situação de extrema pobreza.

Ao contemplar, como beneficiários do Bolsa Verde, não apenas famílias em situação de extrema pobreza, mas também pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, o PL garante maior abrangência social ao Programa. Tal medida confere o devido amparo do Estado àquelas pessoas que, embora não tenham chegado à situação de máxima gravidade em termos de fome e miséria, se encontram em situação de fragilidade diante de riscos

produzidos pelo contexto econômico-social que não podem ser ignorados pelas políticas públicas de proteção.

Da mesma forma, ao incluir em seu escopo as áreas urbanas e ampliar as unidades de conservação abarcadas, a proposição não ignora a realidade de empobrecimento a que também está submetida a população urbana, além da existência de pessoas, em áreas periféricas urbanas e em outras áreas de conservação, que exercem atividades relevantes sob o ponto de vista ambiental. Assim, alcança indivíduos e promove atividades que, embora atualmente não resguardados pelo Programa, certamente, devem ser contemplados e fomentados.

O PL aprimora, ainda, os requisitos necessários para o recebimento dos recursos financeiros do Programa. Nesse sentido, destacamos a limitação de participação a dois membros da mesma família, a exigência da maioria civil e a delimitação do conceito de pessoa em situação de vulnerabilidade social e econômica, o que gera melhor eficiência para a implementação do Programa pelo Poder Público.

Quanto ao aumento do valor e da periodicidade da transferência dos recursos financeiros do Programa, importa destacar se tratar de medida que visa manter os valores, que não são atualizados há mais de 12 anos, a patamares mais condizentes com o atendimento das necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade. Entendemos que a previsão, em si, não acarreta aumento de despesas, uma vez que não vincula o Poder Executivo ao atendimento de número determinado de pessoas, mas sim, cria parâmetros e condições para que execute o Programa com planejamento e estratégia apropriados, assim que destinadas dotações orçamentárias para conceder o benefício.

Vale destacar que a proposição contribui para o desenvolvimento sustentável e se coaduna com uma série de marcos legais em vigor. À guisa de exemplo, citamos os arts. 170, inciso VI, e 225, *caput*, da Constituição Federal e a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudanças do Clima.

A matéria contribuirá, ainda, para a implementação dos objetivos e metas que compõem a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, que busca o alcance do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental, de forma equilibrada e integrada.

Vislumbra-se, pelo exposto, serem altamente meritórios os objetivos propostos pelo PL, que podem em muito contribuir para o bem-estar social e para a gestão adequada do meio ambiente.

Contudo, considerando o término do estado de calamidade pública nacional em razão de emergência de saúde pública decorrente da pandemia de Covid-19, para fins de adequação do PL, apresentamos emenda supressiva, em decorrência da perda de objeto do disposto no art. 3º.

Da mesma forma, considerando que o inciso I do art. 4 da Lei nº 12.512, de 2011, foi revogado posteriormente à apresentação do PL pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, e não pode ser repristinado, apresentamos a pertinente emenda de redação, sem imiscuir no mérito do dispositivo, para que a alteração proposta passe a vigorar em um novel inciso I-A.

Finalmente, em razão de caber ao Poder Executivo estabelecer, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade, a execução dos objetivos estabelecidos pela Lei que o PL se tornar, propomos alterar o art. 4º do PL, em respeito ao teor do art. 2º e do inciso II do art. 84 da Constituição Federal.

Desse modo, com as alterações sugeridas, a proposição estará digna de acolhida.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 3.192, de 2020, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CDH

Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei nº 3.192, de 2020.

EMENDA Nº – CDH

Renumere-se como inciso “I-A” o atual inciso “I” do art. 4º da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, na redação conferida pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 3.192, de 2020.

EMENDA Nº – CDH

Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei nº 3.192, de 2020, a seguinte redação:

“**Art. 4º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

5



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Marcio Bittar

PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 2, de 2022, do Programa e-Cidadania, que *proíbe as escolas de exigirem de crianças comprovante de vacina covid-19*.

Relator: Senador **MARCIO BITTAR**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão, na forma do art. 102-E, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e da Resolução nº 19, de 27 de novembro de 2015, que *regulamenta o Programa e-Cidadania*, a Sugestão (SUG) nº 2, de 2022.

A Sugestão é originária da Ideia Legislativa nº 156.991, do Programa e Portal e-Cidadania, apresentada pelo cidadão Carlos Lima, em 11 de outubro de 2021, propugnando a *proibição a Escolas de exigirem de crianças comprovante de “vacina” “COVID-19”*.

A instituição da medida é justificada sob o argumento de que a exigência, por escolas públicas e privadas, de comprovante de vacinação contra a covid-19 constitui uma espécie de “segregação social”, o que seria inconstitucional, na opinião do autor, por violação do art. 5º da Constituição. Ademais, continua o autor da Ideia Legislativa, a exigência de comprovante de vacinação “obriga crianças, que são mais frágeis e estão em desenvolvimento, a sérios riscos, com uma injeção estranha”, a qual estaria provocando graves problemas e até a morte de adultos. Por fim, o autor informa sobre menores de idade que teriam sido vacinados contra a covid-19.

No dia 31 de dezembro de 2021, a Ideia Legislativa sob exame alcançou mais de 20.000 apoios e foi transformada em Sugestão, na forma da mencionada Resolução nº 19, de 2015. Ressalte-se que a iniciativa alcançou um total de 29.084 apoiamentos contabilizados, oriundos de eleitores de todas as unidades da Federação.

II – ANÁLISE

De conformidade com o parágrafo único do art. 102-E do RISF, compete a esta Comissão opinar sobre a conveniência de transformar a Sugestão sob exame em proposição legislativa. Se aprovada e convertida em projeto de lei, será então distribuída às comissões pertinentes para a avaliação do mérito, da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa.

Outrossim, esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa (CDH) deve limitar-se a fazer um juízo de admissibilidade a respeito da proposição que lhe é submetida, de modo que os demais colegiados desta Casa Legislativa possam se debruçar mais detidamente sobre a matéria e deliberar, por meio do debate democrático, sobre a conveniência e oportunidade de se instituir a medida ora proposta, bem assim sobre seus aspectos jurídicos e constitucionais.

A nosso ver, a iniciativa é meritória, pois busca, em última análise, preservar o direito à educação das crianças, garantido pelos arts. 6º, 205 e 227 da Constituição. A Carta Magna consagra ainda, em seu art. 206, I, o princípio da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, repelindo, por conseguinte, qualquer medida que implique restrições desarrazoadas ao ingresso dos alunos nos estabelecimentos de ensino. A SUG nº 2, de 2022, veicula iniciativa passível de tramitação no Senado Federal, visto que é competência da União legislar sobre educação (inciso IX do art. 24 da Constituição Federal), sendo livre a iniciativa parlamentar.

No plano infraconstitucional, destacamos a garantia do direito à educação consignado no Capítulo IV da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que reitera a obrigação estatal de prover acesso ao ensino fundamental gratuito (inciso I do art. 54), com igualdade de condições para a admissão e permanência na escola (inciso I do art. 53).

Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) consagra, em seu art. 3º, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o respeito à liberdade e o apreço à tolerância.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela **aprovação** da Sugestão nº 2, de 2022, na forma do seguinte Projeto de Lei, para que passe a tramitar como proposição da CDH.

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para vedar a exigência, como requisito para o acesso ou a permanência de criança ou adolescente na escola, de comprovante ou atestado de vacinação contra a covid-19.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“**Art. 53.**

§ 1º

§ 2º É vedada a exigência, como requisito para o acesso ou a permanência de criança ou adolescente na escola, de comprovante ou atestado de vacinação contra a covid-19.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

OFÍCIO Nº 7/2022/SCOM

Brasília, 23 de março de 2022

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR HUMBERTO COSTA
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Brasília/DF

Assunto: Ideia Legislativa nº 156991.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº. 19 de 2015, encaminho a Vossa Excelência a Ideia Legislativa anexa, que foi cadastrada no Portal e-Cidadania e recebeu apoio superior a 20 mil manifestações individuais, conforme lista de apoiadores que a acompanha.

Respeitosamente,

MARCOS MACHADO MELO
Diretor da Secretaria de Comissões





**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

ANEXO

FICHA INFORMATIVA

Ideia Legislativa nº 156991

Título

Proibição a Escolas de exigirem de crianças comprovante de "vacina" "COVID-19"

Descrição

Escolas públicas e privadas devem ser proibidas de exigir de crianças comprovante de "vacina" "COVID-19" ou que tome tal "vacina", para matrícula e acesso a qualquer coisa na escola. Sob pena de perda do alvará de funcionamento e responsabilização penal dos responsáveis, se tiver danos e/ou óbito(s) (sic)

Mais detalhes

Além de tal prática ser um tipo de segregação social, o que é inconstitucional (artigo 5º da Constituição), ainda obriga crianças, que são mais frágeis e estão em desenvolvimento, a sérios riscos com uma injeção estranha, a qual MUITOS adultos estão tendo graves problemas e/ou MORRENDO depois de a terem tomado. E já há também notícias deste tipo de MENORES DE IDADE que tomaram essas injeções. (sic)

Identificação do proponente

Nome: Carlos Lima

E-mail: carloslima.escreve@gmail.com

UF: BA

Data da publicação da ideia: 11/10/2021

Data de alcance dos apoios necessários: 31/12/2021

Total de apoios contabilizados até 22/03/2022: 29.084

Página da Ideia Legislativa

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=156991>



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

UF	APOIOS
AC	376
AL	224
AM	223
AP	60
BA	1.107
CE	813
DF	1.384
ES	749
GO	793
MA	183
MG	2.529
MS	310
MT	289
PA	539
PB	465
PE	760
PI	181
PR	1.711
RJ	4.464
RN	292
RO	140
RR	46
RS	1.889
SC	1.563
SE	141
SP	7.731
TO	122
TOTAL	29.084



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

Nº UF Cidadão	
1 AC	ADELSON RODRIGUES GONCALVES AD****@GMAIL.COM
2 AC	ADJAN MARIANO DA SILVA AT****@GMAIL.COM
3 AC	ADRIANA AQUINO AD****@AMADERM.COM.BR
4 AC	AGNALDO ALVES DE ALMEIDA AG****@YAHOO.COM.BR
5 AC	AIRTON NARDELLI JUNIOR AI****@BB.COM.BR
6 AC	ALBERTO DE OLIVEIRA KLING AO****@HOTMAIL.COM
7 AC	ALCILENE ARANA DA SILVA AL****@GMAIL.COM
8 AC	ALDO BARBOSA AL****@GMAIL.COM
9 AC	ALESSANDRA BATISTA BOTELHO AL****@GMAIL.COM
10 AC	ALESSANDRA CARINE DIAS AC****@GMAIL.COM
11 AC	ALESSANDRA CRISTINA ALONSO AL****@HOTMAIL.COM
12 AC	ALEXANDRE ALMEIDA LIMA AL****@TERRA.COM.BR
13 AC	ALEXANDRE BARRETO BA****@GMAIL.COM
14 AC	ALEXANDRE LAMOUR VIANA LE****@GMAIL.COM
15 AC	ALLAN ASCENDINO AL****@UOL.COM.BR
16 AC	ANA CELIA GOMES PEDROSO AN****@BOL.COM.BR
17 AC	ANA CRISTINA SOUTO DA SILVA CR****@GMAIL.COM
18 AC	ANA GUIOMAR AN****@BOL.COM.BR
19 AC	ANA KARLA MONTEIRO LIMA AK****@GMAIL.COM
20 AC	ANA RAQUEL DA SILVA MARQUES SOUZA MARQUES SOUZA RA****@GMAIL.COM
21 AC	ANDERSON SOUZA CA****@GMAIL.COM
22 AC	ANDREA FERES ROBAY DOMINGUES AN****@YAHOO.COM.BR
23 AC	ANDREA SANTOS DAMBROS DE****@GMAIL.COM
24 AC	ANDREIA CRISTINA DE SOUZA SANTOS AN****@GMAIL.COM
25 AC	ANDREIA FERRAZ AN****@GMAIL.COM
26 AC	ANDRE LUIZ AN****@GMAIL.COM
27 AC	ANGELA MARCHESI AN****@GMAIL.COM
28 AC	ANGELA SAMPAIO AN****@GMAIL.COM
29 AC	ANTONIO FRANCISCO NEPOMUCENO DE ARAUJO BI****@GMAIL.COM
30 AC	ANTONIO MAGNO DE OLIVEIRA MENEES MA****@HOTMAIL.COM
31 AC	ANTONIO MESQUITA AM****@GMAIL.COM
32 AC	ARLINDO SANTOS AR****@TERRA.COM.BR
33 AC	ARMANDO IEZZI JR AI****@UOL.COM.BR
34 AC	ARMANDO LUIZ DE AQUINO AR****@AQUINO.COM
35 AC	ARMENIA OLIVEIRA RIBEIRO AR****@GMAIL.COM
36 AC	AURICELIA REGINA REITZ AU****@GMAIL.COM
37 AC	AYLSON DA SILVA FERREIRA AY****@GMAIL.COM
38 AC	BEATRIZ MAIOLI NUNES BE****@GMAIL.COM
39 AC	BERNADETE GUALBERTO GU****@HOTMAIL.COM
40 AC	BERNADETE MALMEGRIM VANZELLA PE****@UOL.COM.BR
41 AC	BERNARDETE JOSE DOS SANTOS DE****@GMAIL.COM
42 AC	BRUNO DUNSHEE BR****@GMAIL.COM
43 AC	CAMILLA DE SOUZA TEIXEIRA CA****@GMAIL.COM
44 AC	CARMEN JUNE PARREIRA PA****@YAHOO.COM.BR
45 AC	CARMEN LUCIA JUNQUEIRA ARANTES CA****@GMAIL.COM
46 AC	CARMEN LUCIA NUNES GONCALVES CA****@YAHOO.COM.BR
47 AC	CARMINHA FONSECA MD****@HOTMAIL.COM
48 AC	CAROLINA CARNIELLI CA****@GMAIL.COM
49 AC	CAROLINA SILVA SI****@GMAIL.COM
50 AC	CELSO LUIZ CASTRO CE****@SEARA.ORG.BR
51 AC	CESAR SELERI SE****@GMAIL.COM
52 AC	CHRISTINE FOFA CH****@GMAIL.COM
53 AC	CIDA SIQUEIRA CI****@HOTMAIL.COM
54 AC	CINARA AMARAL E SILVA CI****@GMAIL.COM
55 AC	CINDY MENDES DA SILVA CI****@GMAIL.COM
56 AC	CIOVACCO RE RE****@GMAIL.COM
57 AC	CLARICE BUENO SCOLARI CL****@HOTMAIL.COM
58 AC	CLAUDIA NERES CL****@HOTMAIL.COM
59 AC	CLAUDIA PEREIRA SANTOS DA SILVA CL****@GMAIL.COM
60 AC	CLAUDIO ALVIM CA****@GMAIL.COM
61 AC	CLAUDIO SOUZA CQ****@GMAIL.COM
62 AC	CRISTINE MOREIRA PINZ CR****@YAHOO.COM
63 AC	DANIELLE MATOS DA****@GMAIL.COM
64 AC	DANIEL SOARES DA****@GMAIL.COM
65 AC	DANILO DOMINGUES DE ANDRADE BATISTA DA****@GMAIL.COM
66 AC	DAYHAP 7 DA****@GMAIL.COM
67 AC	DEBORA COSTA DE****@GMAIL.COM
68 AC	DEBORAH LEE ROTERT DE****@HOTMAIL.COM
69 AC	DEIVA RITTER VIANA MANHAES DE****@HOTMAIL.COM
70 AC	DEMOSTHENES SILVA DE****@GMAIL.COM
71 AC	DENISE COSTACURTA FAHAM DE****@GMAIL.COM
72 AC	DEUSIMAR EURIPEDES BARBOSA DE****@GMAIL.COM
73 AC	DIDA SERRA DI****@GMAIL.COM
74 AC	DINEI ANGELO DI****@GMAIL.COM
75 AC	DOUGLAS APARECIDO MARCORI DA****@GMAIL.COM
76 AC	DSOUSA LUCAS DE****@HOTMAIL.COM
77 AC	DULCINEIA APARECIDA PEDRALI LUGLI DU****@HOTMAIL.COM
78 AC	DUSANGELA RODRIGUES DU****@GMAIL.COM
79 AC	ECILA MARIA BAHIA BUSTAMANTE EC****@YAHOO.COM.BR
80 AC	EDSON CASTRO MARCELINO ED****@GMAIL.COM
81 AC	EDUARDO CARVALHO ED****@GMAIL.COM
82 AC	EFFRAIM MONTIEL ALVES FERREIRA E****@HOTMAIL.COM
83 AC	ELAINE GONCALVES EL****@GMAIL.COM
84 AC	ELIANE GOES DA SILVA EL****@YAHOO.COM.BR
85 AC	ELIAS TARTARI CAVICHIOLI EC****@YAHOO.COM.BR
86 AC	ELI DERLAM EL****@GMAIL.COM
87 AC	ELISALANDI CLAUDINO BORGES LA****@HOTMAIL.COM
88 AC	ELISEU APARECIDO BA****@GMAIL.COM
89 AC	ELIZABETH CORREA FONSECA PICADO BE****@GMAIL.COM
90 AC	ELIZABETH DENKER DE ALMEIDA BE****@HOTMAIL.COM
91 AC	ELIZABETH FORTES LI****@GMAIL.COM
92 AC	ELIZETH MARCOS CORONA LI****@GMAIL.COM
93 AC	ELIZETH RIOS PR****@GMAIL.COM
94 AC	ELLI REGINA AMORIM EL****@GMAIL.COM
95 AC	EMANUELLA SALES EM****@GMAIL.COM
96 AC	EMILIA GUERRA EG****@GLOBO.COM
97 AC	EMILIO DE FARIAS JUNIOR EM****@GMAIL.COM
AC ERIC GIL LECOQ E****@GMAIL.COM	
AC ERIKA SCHICK ER****@IG.COM.BR	
AC ERNA MARIA LINS DAMASCENO ER****@YAHOO.COM.BR	
AC ESTER S M FERNANDES DE GODOY ES****@HOTMAIL.COM	
AC EUNICE GROTKOWSKY EU****@GMAIL.COM	
AC EUZI OLIVEIRA EU****@HOTMAIL.COM	



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

Nº UF Cidadão	
104	AC FABIANE SILVA FA****@GMAIL.COM
105	AC FABIOLA MELO LO****@GMAIL.COM
106	AC FABIO MAISTRO ZI****@MAC.COM
107	AC FABIO PEREIRA FA****@GMAIL.COM
108	AC FATIMA GONCALVES FA****@GMAIL.COM
109	AC FAUSTO MORETHSON FA****@GMAIL.COM
110	AC FELIPE VILLARMOSA GONZALEZ FE****@YMAIL.COM
111	AC FLAVIANA ORGE PIMENTA MACHADO FL****@GMAIL.COM
112	AC FLAVIO FURLANETO QUINTANILHA JUNIOR FL****@GMAIL.COM
113	AC FLAVIO JORGE FL****@GMAIL.COM
114	AC FRANCISCA ARRUDA AS****@LIVE.COM
115	AC FRANCISCA MARTINS MA****@GMAIL.COM
116	AC FRANCISCO EUDES EU****@GMAIL.COM
117	AC FRANCISCO PINTO FR****@GMAIL.COM
118	AC FRANCISCO SILVA AS****@GMAIL.COM
119	AC GALILEU FILGUEIRAS GA****@GMAIL.COM
120	AC GEDHAL LINCOLN RAMOS BANDEIRA LINCOLN GE****@GMAIL.COM
121	AC GENARIO RIBEIRO GE****@GMAIL.COM
122	AC GENTE BARRETO GE****@GMAIL.COM
123	AC GIGLIANE FERREIRA DOURADO GI****@GMAIL.COM
124	AC GIOVANE GALVAO DE FREITAS LIMA FILHO GI****@GMAIL.COM
125	AC GISELA PACCIULLI SANTAROSA DIAS GI****@GMAIL.COM
126	AC GLEUCY : SEI LA GL****@GMAIL.COM
127	AC GLEYDSON VILANOVA GL****@GMAIL.COM
128	AC GRACA LOPES GR****@EDU.UNIUBE.BR
129	AC GUILHERME PRETE FUZETI GU****@GMAIL.COM
130	AC GUSTAVO ATAYDE DOS SANTOS GU****@GMAIL.COM
131	AC HANIEL NEIVA PEDRO HA****@GMAIL.COM
132	AC HANRI COIFFEUR HA****@GLOBO.COM
133	AC HELLEN FABYENE HE****@HOTMAIL.COM
134	AC HELOISA GLAUCIA DE ARAUJO MAGALHAES HE****@HOTMAIL.COM
135	AC HENRIQUE VILLELA DE OLIVEIRA HV****@GMAIL.COM
136	AC HUMBERTO MEIRA SI****@GMAIL.COM
137	AC ISAURO ITU SARTORI IS****@CICGARIBALDI.COM.BR
138	AC IVAN CELINO SILVA SILVEIRA IV****@GMAIL.COM
139	AC IVANIR MARCONI IV****@HOTMAIL.COM
140	AC IVONE PODOLOGA ALMEIDA IV****@HOTMAIL.COM
141	AC JAIR RODRIGUES CAMARGO JA****@GMAIL.COM
142	AC JANE DA SILVA BARRETO JB****@GMAIL.COM
143	AC JARBAS ALVIM AGRICOLA JA****@HOTMAIL.COM
144	AC JEAN CARLOS ALVES COSTA CA****@GMAIL.COM
145	AC JHON KENNEDY SEVERINO SALVINO JH****@HOTMAIL.COM
146	AC JOA BICUDO JO****@TERRA.COM.BR
147	AC JOANA D'ARC BEZERRA PE****@HOTMAIL.COM
148	AC JOAO ALBUQUERQUE JJ****@UOL.COM.BR
149	AC JOAO FRACARI JO****@GMAIL.COM
150	AC JOAO PAULO FLORES DA SILVA JO****@GMAIL.COM
151	AC JOAQUINA MENEZES JM****@GMAIL.COM
152	AC JOCIMARA DA SILVEIRA FERNANDES JO****@GMAIL.COM
153	AC JONAS WALDIR BE****@HOTMAIL.COM
154	AC JORGE CARREIRO JO****@HOTMAIL.COM
155	AC JORGE LIMA JH****@GMAIL.COM
156	AC JORGE LUIZ PEREIRA DE LIMA JO****@HOTMAIL.COM
157	AC JOSE ACLINIO GONCALVES DOS SANTOS AC****@GMAIL.COM
158	AC JOSE BARBOSA ID****@GMAIL.COM
159	AC JOSE HENRIQUE MOREIRA PILLAR JH****@GMAIL.COM
160	AC JOSE LACERDA OFICIAL JO****@GMAIL.COM
161	AC JOSE RIBAMAR FEITOSA FARIAS RI****@GMAIL.COM
162	AC JOSUE MOTA JO****@GMAIL.COM
163	AC JULIO CESAR DA ROCHA CE****@UOL.COM.BR
164	AC JUSSARA GOMES DOS SANTOS LO****@HOTMAIL.COM
165	AC JUSSARA MARIA DE ANDRADE JD****@GMAIL.COM
166	AC KAMYLA SUYANNE KA****@GMAIL.COM
167	AC KARINA AGUIAR DE FREITAS KA****@HOTMAIL.COM
168	AC KARINA YUKO ABE KA****@HOTMAIL.COM
169	AC KATIA QUEIROZ CA****@GMAIL.COM
170	AC KEILA ROSA KE****@GMAIL.COM
171	AC KEVYN ALVES KE****@GMAIL.COM
172	AC KLEBER APAZA KL****@GMAIL.COM
173	AC LACIONE PEDROSA MAIA LA****@HOTMAIL.COM
174	AC LARA AMORIM NETTO DO NASCIMENTO LA****@GMAIL.COM
175	AC LEANDRO TAVARES VERONEZ LE****@GMAIL.COM
176	AC LEILA ROCHA LE****@HOTMAIL.COM
177	AC LENON REAPER LE****@GMAIL.COM
178	AC LEONARDO BORGES LE****@HOTMAIL.COM
179	AC LEONARDO SIDONIO LM****@HOTMAIL.COM
180	AC LEONARDO VIANA MARTINS LE****@GMAIL.COM
181	AC LEONICE REJANE RIBEIRO TH****@GMAIL.COM
182	AC LEONIDA HILLESHEIM LE****@GMAIL.COM
183	AC LEONIDAS DA SILVA LE****@HOTMAIL.COM
184	AC LIDIMAR RS LI****@GMAIL.COM
185	AC LILIAM CARDOSO DE CARVALHO ES****@HOTMAIL.COM
186	AC LILIAN BITTENCOURT AR****@HOTMAIL.COM
187	AC LILIAN BRUNS LI****@GMAIL.COM
188	AC LILIAN VARANDA PEREIRA LI****@GMAIL.COM
189	AC LISIANE GASSEN LI****@YAHOO.COM.BR
190	AC LIVIAN MAIA LI****@GMAIL.COM
191	AC LUCAS GARCIA CORSINO LU****@GMAIL.COM
192	AC LUCAS MAXIMO ALVES LU****@GMAIL.COM
193	AC LUCIA AMARAL LA****@GMAIL.COM
194	AC LUCIANA DE ARRUDA E ABRANTES FERREIRA LU****@GMAIL.COM
195	AC LUCIANA MARTINS TEIXEIRA LINDNER LU****@UNIPAMPA.EDU.BR
196	AC LUCILLA PEDRINI LU****@GMAIL.COM
197	AC LUIS ANTONIO ASSEF DELGADO LU****@UOL.COM.BR
198	AC LUIS FERNANDO BROSSI LF****@GMAIL.COM
199	AC LUIS FERNANDO DIAS DA SILVA LF****@TERRA.COM.BR
200	AC LUIS FERNANDO FERRAROLI DOS SANTOS LU****@GMAIL.COM
	AC LUIZ ALFREDO MENDES DOS SANTOS LU****@TERRA.COM.BR
	AC LUIZ CARLOS DEL CARLO ROMANI LU****@HOTMAIL.COM
	AC LUIZ CLAUDIO BARBEDO FROES FR****@HOTMAIL.COM
	AC LUZALDO OLIVEIRA FC****@GMAIL.COM
	AC LUZIE FONTOURA SARAIVA MORETTI LU****@HOTMAIL.COM
	AC MAGDA LUNARDI VARGAS MATIOTTI MA****@YAHOO.COM.BR



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

Nº UF Cidadão		
207	AC	MAIRA LUZ DA VIDA MA****@LUZDAVIDA.ORG.BR
208	AC	MAIZA COSTA NEIVA FA****@GMAIL.COM
209	AC	MAKLINA DOS SANTOS ALMEIDA MA****@HOTMAIL.COM
210	AC	MANOEL HENRIQUE DE AMORIM FILHO AM****@YAHOO.COM
211	AC	MARCELO ALVES LIMA MA****@GMAIL.COM
212	AC	MARCELO CHINELO RW****@GMAIL.COM
213	AC	MARCELO DE OLIVEIRA MZ****@GMAIL.COM
214	AC	MARCELO LUIZ VIANA DA SILVA MA****@GMAIL.COM
215	AC	MARCELO SILVA DA CUNHA CU****@GMAIL.COM
216	AC	MARCIA COLARES MA****@HOTMAIL.COM
217	AC	MARCIA DIAS BRAGA MA****@HOTMAIL.COM
218	AC	MARCIA KAMINSKI MA****@YAHOO.COM.BR
219	AC	MARCIA MENDONCA MA****@GMAIL.COM
220	AC	MARCIA RIO MA****@GMAIL.COM
221	AC	MARCIA SAKURAY MA****@GMAIL.COM
222	AC	MARCIA TERRAFINO MA****@GMAIL.COM
223	AC	MARCIO SEIXA MA****@HOTMAIL.COM
224	AC	MARCOS GURGEL DE LIMA ZE****@GMAIL.COM
225	AC	MARCOS MD TECNOLOGIA MA****@GMAIL.COM
226	AC	MARCUS ANIBAL OLIVE DE MORAES MA****@GMAIL.COM
227	AC	MARFISA MESQUITA MOREIRA MA****@GMAIL.COM
228	AC	MARGARETE ALMEIDA QUADROS MA****@GMAIL.COM
229	AC	MARGARETE EDUL PRADO LOPES MA****@GMAIL.COM
230	AC	MARIA APARECIDA H. C. SANTANA CI****@HOTMAIL.COM
231	AC	MARIA AUXILIADORA ANTUNES DO****@HOTMAIL.COM
232	AC	MARIA BEATRIZ DUQUE DE OLIVEIRA BI****@HOTMAIL.COM
233	AC	MARIA CIDALIA APONCHIK LI****@GMAIL.COM
234	AC	MARIA CRISTINA BECCATO CR****@STERN.COM.BR
235	AC	MARIA DA GRACA SPESSOTO BITTAR PENNA DA****@YAHOO.COM.BR
236	AC	MARIA DAS GRACAS MARTINS MG****@GMAIL.COM
237	AC	MARIA DE LOURDES DUARTE SETTE LO****@GMAIL.COM
238	AC	MARIA DO CARMO SILVA MA****@UOL.COM.BR
239	AC	MARIA EDUARDA MARCIEL FEITOSA DUDA MA****@GMAIL.COM
240	AC	MARIA ELIZABETH BAPTISTA VIANNA VI****@GMAIL.COM
241	AC	MARIA HELENA DA SILVA CANGIANO MH****@HOTMAIL.COM
242	AC	MARIA JESUS MA****@GMAIL.COM
243	AC	MARIA LUCIA LIMA E SILVA MILTON LU****@HOTMAIL.COM
244	AC	MARIA LUCIA LOPES OLIVER ML****@GMAIL.COM
245	AC	MARIA OLIVEIRA ZZ****@GMAIL.COM
246	AC	MARIA ROSELIA MARQUES LOPES MR****@GMAIL.COM
247	AC	MARIA SANTOS NI****@YAHOO.COM.BR
248	AC	MARIA SILVIA DE OLIVEIRA MS****@GMAIL.COM
249	AC	MARIA STELLA PAULA FREITAS ST****@GMAIL.COM
250	AC	MARIA TEREZA GALVAO FERNANDES MA****@GMAIL.COM
251	AC	MARIA TEREZA MAGALHAES MESQUITA TE****@GMAIL.COM
252	AC	MARIEDNA SOBREIRA MA****@GMAIL.COM
253	AC	MARLENE DA SILVA DANTAS MA****@YAHOO.COM.BR
254	AC	MARLENE GERALDO DE QUEIROZ MA****@HOTMAIL.COM
255	AC	MARLUCE COSTA STOLL MA****@GMAIL.COM
256	AC	MARLY CARLA MA****@HOTMAIL.COM
257	AC	MARTHA MONTEIRO MARIANO MM****@YAHOO.COM.BR
258	AC	MAURICIO BATISTA DE MOURA MA****@HOTMAIL.COM
259	AC	MAURICIO OLIVERA FURTADO MA****@HOTMAIL.COM
260	AC	MAURO NIEHUES DE FARIAS MA****@HOTMAIL.COM
261	AC	MICHELE PEREIRA DE LIMA MI****@YAHOO.COM.BR
262	AC	MICHELLE CARDIM DE AZEVEDO MI****@GMAIL.COM
263	AC	MILENA MARIA SOARES PRIORI MS****@YAHOO.COM.BR
264	AC	MILENE DEL FIORE FI****@GMAIL.COM
265	AC	MILTON XAVIER MI****@GMAIL.COM
266	AC	MIRAIDE BORGES BO****@GMAIL.COM
267	AC	MIRIAM LARANJEIRA MALTO MA****@HOTMAIL.COM
268	AC	MIRIAN LOPES IMBROISI ML****@GMAIL.COM
269	AC	MOISES VIEIRA MO****@GMAIL.COM
270	AC	MONICA ILENBURG PIMENTA MO****@GMAIL.COM
271	AC	MONICA MARIA FERREIRA LACERDA MO****@GMAIL.COM
272	AC	MONICA MILLER MAIA MO****@LIVE.COM
273	AC	NATALIA RODRIGUES NA****@HOTMAIL.COM
274	AC	NATALICIA ARAUJO DO COUTO NA****@YAHOO.COM.BR
275	AC	NATHALIA ASSIMOS NA****@HOTMAIL.COM
276	AC	NEIDE ROVAY NF****@GMAIL.COM
277	AC	NELSON COSTA NE****@GMAIL.COM
278	AC	NELSON GOMES TOLENTINO NE****@GMAIL.COM
279	AC	NELSON LEOMAR GEWEHR NE****@GMAIL.COM
280	AC	NILCIMAR DO AMARAL MONTEIRO NI****@HOTMAIL.COM
281	AC	NILZANE ROCHA ARNDT NI****@HOTMAIL.COM
282	AC	NORTON A. VIEIRA FRITZSCHE NO****@GMAIL.COM
283	AC	ODAIR CIRILO OD****@GMAIL.COM
284	AC	OLIVEIROS XAVIER DE OLIVEIRA OL****@GMAIL.COM
285	AC	ORIVALDO SOUZA OR****@GMAIL.COM
286	AC	PATRICIA PINHEIRO PA****@HOTMAIL.COM
287	AC	PATRICIA SILVEIRA PA****@GMAIL.COM
288	AC	PAULO AUGUSTO PA****@GMAIL.COM
289	AC	PAULO FINOCCHIARO FI****@UOL.COM.BR
290	AC	PAULO GOUVEIA PA****@GMAIL.COM
291	AC	PAULO HENRIQUE DE SOUZA PA****@GMAIL.COM
292	AC	PAULO ROSA PC****@GMAIL.COM
293	AC	P C LOMBA LO****@GMAIL.COM
294	AC	PETERSON HAINE PE****@YAHOO.COM.BR
295	AC	PRISCILA GORRI DIAS PR****@GMAIL.COM
296	AC	PUBLICO JOSE DA SILVA GABRIEL PJ****@GMAIL.COM
297	AC	RAFAELA SILVA DE OLIVEIRA RA****@ICLOUD.COM
298	AC	RAFAEL FERNANDES RA****@GMAIL.COM
299	AC	RAMON COSTA RA****@GMAIL.COM
300	AC	REGINALDO DE SOUZA PIMENTEL PIMENTEL RE****@GMAIL.COM
301	AC	REGININHA CELLO RE****@GMAIL.COM
302	AC	REGIS MICHALSKI RE****@GMAIL.COM
303	AC	RENATA TONETO DE MELO VIDAL RE****@GMAIL.COM
		AC RIANNE MARTINS RI****@GMAIL.COM
		AC RITA DE CASSIA BAZAN MIGLIOLI MI****@GMAIL.COM
		AC RITA DE CASSIA SOARES RI****@GMAIL.COM
		AC ROBERTA DO NASCIMENTO SILVA RO****@HOTMAIL.COM
		AC ROBERTO PAULO DE AZEVEDO AZEVEDO RO****@GMAIL.COM
		AC ROBSON GALVAO RO****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

Nº UF Cidadão		
310	AC	RODRIGO MIRANDA RO****@GMAIL.COM
311	AC	RONALDO BRUM RO****@GMAIL.COM
312	AC	ROSEANE NEVES RO****@GMAIL.COM
313	AC	ROSENOR DUTRA MURRER RO****@HOTMAIL.COM
314	AC	ROSIMARY BARBOSA DE MOURA RO****@HOTMAIL.COM
315	AC	RUDE FREIRE RH****@YAHOO.COM.BR
316	AC	- R UL****@GMAIL.COM
317	AC	RUTINHA RUTE RU****@GMAIL.COM
318	AC	SANDRA CHAVES SA****@GMAIL.COM
319	AC	SANDRA DA COSTA SA****@GMAIL.COM
320	AC	SARAH ALCOLUMBRE SA****@GMAIL.COM
321	AC	SAULO FABRICIO SM****@YAHOO.COM.BR
322	AC	SEBASTIAO LUIZ PIRES VARGAS SE****@GMAIL.COM
323	AC	SERENA LETIZIA BOLLA FERNANDES SE****@GMAIL.COM
324	AC	SERGIO FERREIRA DA SILVA SF****@GMAIL.COM
325	AC	SHEILA MARIA FERREIRA DE PAULA SH****@GMAIL.COM
326	AC	SHIRLEY OLIVEIRA LC****@GMAIL.COM
327	AC	SILMARA G TELES SI****@GMAIL.COM
328	AC	SILVANA GATTO MADEIRA SM****@HOTMAIL.COM
329	AC	SILVIA CRISTINA BELTRAO WINIAWER SI****@GMAIL.COM
330	AC	SILVIA FEITOSA DE A L BABADOPULOS SI****@YAHOO.COM.BR
331	AC	SIMONE CRISTINA DE FREITAS RUZAFI SC****@GMAIL.COM
332	AC	SONIA FERNANDES WS****@GMAIL.COM
333	AC	SONIA MARCIA VELTEN RANGEL RA****@HOTMAIL.COM
334	AC	SONIA M SMAB SO****@HOTMAIL.COM
335	AC	SONIA PRACIANO SO****@GMAIL.COM
336	AC	SONIDEIA ALVES SO****@HOTMAIL.COM
337	AC	STROVSKOVSKY FERRER DE MELO BRANDAO ST****@GMAIL.COM
338	AC	STUART DE BORBA E VELOSO ST****@YAHOO.COM.BR
339	AC	SUELI APARECIDA BOLDARINI MIRANDA PA****@HOTMAIL.COM
340	AC	SURAIÁ DE SOUSA LIMA STRAFACCI SU****@HOTMAIL.COM
341	AC	TACITA VILELA REIS TA****@SUPERIG.COM.BR
342	AC	TAISA ZUANAZZI POMPONI TA****@GMAIL.COM
343	AC	TAIS BUENO TA****@GMAIL.COM
344	AC	TALITA MORAIS TA****@GMAIL.COM
345	AC	TANIA VILLAS-BOAS TV****@GMAIL.COM
346	AC	TATIANA CAMARGO FERNANDES CC****@HOTMAIL.COM
347	AC	TERESA C. ALTOE TE****@GMAIL.COM
348	AC	TERESA CHIODETTO TE****@GMAIL.COM
349	AC	TERESA ROSITO TE****@GMAIL.COM
350	AC	TERESA VIEIRA GAMA TV****@TERRA.COM.BR
351	AC	THACITA MELO GOMES TH****@HOTMAIL.COM
352	AC	THEREZINHA GROLLA TE****@GMAIL.COM
353	AC	TICHE DAVIS TI****@HOTMAIL.COM
354	AC	TOMAZ TOLEDO TO****@GMAIL.COM
355	AC	UDILEA SARMENTO UD****@GMAIL.COM
356	AC	VALERIA GONCALVES SRUR VA****@UOL.COM.BR
357	AC	VALERIA MARIA GONCALVES SOLIS VA****@GMAIL.COM
358	AC	VANESSA COUPE VA****@GMAIL.COM
359	AC	VANIA AVELAR FERREIRA VA****@GMAIL.COM
360	AC	VERA LUCIA FOSCARINI FERREIRA VE****@GMAIL.COM
361	AC	VERA LUCIA SILVEIRA DOS SANTOS VE****@TERRA.COM.BR
362	AC	VERONICA GONCALVES DA SILVA VE****@GMAIL.COM
363	AC	VICENTE CELSO TONDO VT****@GMAIL.COM
364	AC	VILMA DOS SANTOS LAGE DALMEIDA VI****@TERRA.COM.BR
365	AC	VILSON BERTELLI VB****@TERRA.COM.BR
366	AC	VINICIUS BRINA GRAMISCELLI VI****@IG.COM.BR
367	AC	VINICIUS SANTOLIM VI****@GMAIL.COM
368	AC	VINICIUS SENA DE LIMA VS****@GMAIL.COM
369	AC	WAGNER FARIA BARBOSA BA****@GMAIL.COM
370	AC	WAGNER FERREIRA BEBEDETI SW****@GMAIL.COM
371	AC	WALKIRIE MOURA DE AZEVEDO SENA WA****@TJAC.JUS.BR
372	AC	WANDERLEY JOSE DA SILVA LE****@GMAIL.COM
373	AC	WELITON DE SOUZA BATBOSA WO****@GMAIL.COM
374	AC	WILLIAM MAIA WM****@GMAIL.COM
375	AC	WILTON COELHO WI****@GMAIL.COM
376	AC	XANDA PRADO XA****@HOTMAIL.COM
377	AL	ABILIO DOS SANTOS TARELHO FILHO AB****@HOTMAIL.COM
378	AL	AIRTON SILVA AS****@GMAIL.COM
379	AL	ALANNA NATALY LOPES AMARO AL****@ALUNO.EDUCACAO.PE.GOV.BR
380	AL	ALBA TRINDADE AL****@GMAIL.COM
381	AL	ALDO CEZA SILVA DI****@GMAIL.COM
382	AL	ALEXANDRE GOMES XA****@GMAIL.COM
383	AL	ALEXANDRE TENORIO FREIRE AL****@HOTMAIL.COM
384	AL	ALEX BAR AL****@GMAIL.COM
385	AL	ALFREDO RODRIGUES CAMARA AL****@GMAIL.COM
386	AL	ALINEBRANDAO@GMAIL.COM BRANDAO AL****@GMAIL.COM
387	AL	ALINE MONTEIRO AL****@GMAIL.COM
388	AL	ALLAN TEIXEIRA AL****@GMAIL.COM
389	AL	AMADEU ELIZEU RIBEIRO NETO AM****@UOL.COM.BR
390	AL	AMANDA MOURA CALDAS AM****@GMAIL.COM
391	AL	AMELIA AGUIAR AM****@GMAIL.COM
392	AL	ANADEGE DANTAS AN****@GMAIL.COM
393	AL	ANA KARLA DA SILVA NAZARIO AN****@GMAIL.COM
394	AL	ANDERSON PONTES PINTO AN****@GMAIL.COM
395	AL	ANDREA CARLA SANTOS AN****@GMAIL.COM
396	AL	ANDREA LIMA AN****@HOTMAIL.COM
397	AL	ANDRE BENVINDO NUNES AN****@GMAIL.COM
398	AL	ANDRE HENRIQUE DE LIMA ANTUNES AN****@GMAIL.COM
399	AL	ANGELA FERREIRA AN****@GMAIL.COM
400	AL	ANTONIO CARLOS TENORIO DA SILVA AN****@GMAIL.COM
401	AL	ARCHIDEIA CERQUEIRA DE****@GMAIL.COM
402	AL	ARIANY KARLA GUIMARAES RIOS AR****@HOTMAIL.COM
403	AL	AUGUSTO SOARES AU****@GMAIL.COM
404	AL	AVERDADE AVDD NA****@GMAIL.COM
405	AL	BC NASCIMENTO MA****@GMAIL.COM
406	AL	BRUNA COSTA B.****@GMAIL.COM
	AL	BRUNA FERREIRA BR****@GMAIL.COM
	AL	BRUNO MALTA BW****@GMAIL.COM
	AL	CARLOS ALFREDO DE FARIAS COSTA CA****@GMAIL.COM
	AL	CARLOS ARAUJO CA****@GMAIL.COM
	AL	CARLOS FABIANO DA SILVA FA****@GMAIL.COM
	AL	CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA CA****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

Nº UF Cidadão		
413	AL	CAROLINE VIEIRA MCL CA****@GMAIL.COM
414	AL	CASSIANA PAULA DA SILVA CA****@GMAIL.COM
415	AL	CHARDAO FIGUEIRA RI****@GMAIL.COM
416	AL	CHRISTIANE DA SILVA VIANA CM****@GMAIL.COM
417	AL	CICERA ALVES MONTE CI****@GMAIL.COM
418	AL	CINARA DA SILVA FERREIRA SO****@GMAIL.COM
419	AL	CIVANILDO COSTA CI****@GMAIL.COM
420	AL	CLAITON REIS CL****@OUTLOOK.COM
421	AL	CLAUDIA ARAUJO CO****@GMAIL.COM
422	AL	CLAUDIA IARA SILVA DE OLIVEIRA FARIAS CA****@YAHOO.COM.BR
423	AL	CLAUDIO FERREIRA SOARES CF****@GMAIL.COM
424	AL	CREUZA MARIA CR****@GMAIL.COM
425	AL	CRWL3Y GAMEPLAY E TUTORIAS KA****@GMAIL.COM
426	AL	DANUBIO CARVALHO DA****@GMAIL.COM
427	AL	DAVID ALEXANDRE ARSENIO ARSENIO DA****@HOTMAIL.COM
428	AL	DEISE ESTEVES DE****@GMAIL.COM
429	AL	DEISE FERREIRA ESTEVES ES****@GMAIL.COM
430	AL	DEISYANNE RIBEIRO DE****@GMAIL.COM
431	AL	DENISE LOBO MEIRELES DE****@CLOUD.COM
432	AL	DOM CORADO GI****@GMAIL.COM
433	AL	DULCE MELO DU****@GMAIL.COM
434	AL	EDNA FIGUEIREDO DE ARAUJO ED****@GMAIL.COM
435	AL	EDSON SANTOS J.****@GMAIL.COM
436	AL	EDVANIA COSMO GONCALVES VA****@GMAIL.COM
437	AL	ELAINE PATRICIA GOMES MELO EP****@YAHOO.COM.BR
438	AL	ELIDIANE TENORIO JUSTINO LE****@GMAIL.COM
439	AL	ELINEVES SILVA EL****@GMAIL.COM
440	AL	ELIZABETE SOUZA TA****@GMAIL.COM
441	AL	ELIZABETH TENORIO BE****@GMAIL.COM
442	AL	ELLEN BRITO EL****@GMAIL.COM
443	AL	ELOAR DINIZ MESQUITA EL****@GMAIL.COM
444	AL	ELSON COX JUNIOR EC****@GMAIL.COM
445	AL	ELVANDE RIBEIRO SILVA EL****@GMAIL.COM
446	AL	EMERSON RODRIGUES RO****@GMAIL.COM
447	AL	ERICO LINS DE MOURA ER****@GMAIL.COM
448	AL	ERIVALDO DA SILVA ER****@GMAIL.COM
449	AL	ERIVELTON MIRANDA DA SILVA ER****@GMAIL.COM
450	AL	EUCLYDES AUGUSTO UCHOA GOMES EU****@HOTMAIL.COM
451	AL	FABIANA MAIA NOBRE ROCHA ARRAES FA****@GMAIL.COM
452	AL	FABIANA SANTIAGO FA****@GMAIL.COM
453	AL	FABIANO SOARES DE ALCANTARA FA****@GMAIL.COM
454	AL	FABINHO COSTA PESSOA FA****@GMAIL.COM
455	AL	FABIO ARAUJO MONTEIRO FA****@HOTMAIL.COM
456	AL	FABRICIO PACHECO CAMBOIM GONCALVES FA****@HOTMAIL.COM
457	AL	FATIMA FERREIRA LIMA FA****@HOTMAIL.COM
458	AL	FELIPE ALVES SR****@GMAIL.COM
459	AL	FERNANDA MONTENEGRO MO****@HOTMAIL.COM
460	AL	FLIVIA OLIVEIRA COSTA FL****@HOTMAIL.COM
461	AL	FRANCINE MENDONCA FS****@GMAIL.COM
462	AL	FRANCISCO ANTONIO CARLOS FC****@GMAIL.COM
463	AL	FRANKLIN FREITAS MONTE BISPO FR****@CASAL.AL.GOV.BR
464	AL	FREDERICO CARDOSO FR****@GMAIL.COM
465	AL	GABI AMORIM RODRIGUES AN****@GMAIL.COM
466	AL	GABRIEL GAMES SI****@GMAIL.COM
467	AL	GEILDO ARAUJO DA SILVA GE****@HOTMAIL.COM
468	AL	GERSON MORAIS PI****@GMAIL.COM
469	AL	GILMAN DE OLIVEIRA BATISTA GI****@GMAIL.COM
470	AL	GILMAYARA PEREIRA GI****@GMAIL.COM
471	AL	GILSON CANDIDO DE ALMEIDA GI****@HOTMAIL.COM
472	AL	GIULLIANO PEIXOTO GONCALVES GI****@HOTMAIL.COM
473	AL	GRAZIELLE DE FARIAS ALMEIDA GR****@HOTMAIL.COM
474	AL	GUSTAVO TONIN GU****@GMAIL.COM
475	AL	HAILTON JOSE SANTANA LISBOA LI****@GMAIL.COM
476	AL	HELENO SILVA HE****@GMAIL.COM
477	AL	HENRIQUE TADEU TAVARES D'ALMEIDA LINS RI****@HOTMAIL.COM
478	AL	HIRAM MAIA VIEIRA HI****@GMAIL.COM
479	AL	HUDSON CORREIA HU****@GMAIL.COM
480	AL	HUGO ALEXANDRE SALES DE GOES HA****@GMAIL.COM
481	AL	IARA BARBOSA IA****@GMAIL.COM
482	AL	ILITIA CAVALCANTE IL****@GMAIL.COM
483	AL	ILSON M. S. PRAZERES IL****@GMAIL.COM
484	AL	I'M NOT PERFECT NA****@GMAIL.COM
485	AL	INES DE FATIMA DE AZEVEDO JACINTO INOJOSA IN****@UOL.COM.BR
486	AL	IVANIA LUIZ IV****@GMAIL.COM
487	AL	IVANILDA CONCEICAO IV****@GMAIL.COM
488	AL	IVO LERMEN LE****@GMAIL.COM
489	AL	IZABEL LINS LO****@GMAIL.COM
490	AL	JACK NILSON NEORIO GONZAGA JA****@HOTMAIL.COM
491	AL	JANGO FREEMAN JA****@GMAIL.COM
492	AL	JANIO SILVA JA****@GMAIL.COM
493	AL	JENNIFER MOTA JE****@GMAIL.COM
494	AL	JESSICA YNGRID VANDERLEI LISBOA JE****@HOTMAIL.COM
495	AL	JOAO BATISTA BARROS JB****@HOTMAIL.COM
496	AL	JOAO VICTOR CAVALCANTI FERREIRA JO****@GMAIL.COM
497	AL	JOCINEIDE MELO JO****@GMAIL.COM
498	AL	JOFRE DIAS FILHO JO****@HOTMAIL.COM
499	AL	JOSE CARLOS BEZERRA MR****@GMAIL.COM
500	AL	JOSE JORGE DE ARAUJO JO****@HOTMAIL.COM
501	AL	JOSE PETRUCIO SOARES DA SILVA JP****@HOTMAIL.COM
502	AL	JOSE SILVA WH****@GMAIL.COM
503	AL	JOSIANE LIBERATO JO****@GMAIL.COM
504	AL	KARLA VANESSA ROBERTO SOUZA PIMENTEL KA****@HOTMAIL.COM
505	AL	KEMUEL LIMA KE****@GMAIL.COM
506	AL	KENNETH IAGO GRANJA KE****@GMAIL.COM
507	AL	KLEBER DE CASTRO LINS KL****@HOTMAIL.COM
508	AL	KRISTHYNA REGIS DE MELLO DR****@MSN.COM
509	AL	LAUDICEA CANDIDO DE OLIVEIRA LA****@GMAIL.COM
	AL	LEILA ANDREA LESSA LIMA DE MEDEIROS LE****@HOTMAIL.COM
	AL	LICIA FERNANDES LI****@GMAIL.COM
	AL	LILLIAN GRASSE FRAGOSO GUIMARAES LI****@HOTMAIL.COM
	AL	LIVIA NATALIA VICENTE DE LIMA LL****@GMAIL.COM
	AL	LUANDA ROSA COSTA LINS LU****@YAHOO.COM
	AL	LUCIA HELENA BRAZ REIS DA SILVA LH****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

Nº UF Cidadão		
516	AL	LUCIANO GATO LU****@GMAIL.COM
517	AL	LUIS ELIAS PEREIRA LU****@GMAIL.COM
518	AL	MACIEL VIEIRA SANDES MA****@GMAIL.COM
519	AL	MANOEL MESSIAS DE OLIVEIRA MA****@GMAIL.COM
520	AL	MANUELA MADEIROS BASTOS CORDEIRO MM****@OUTLOOK.COM
521	AL	MARBIANA TEIXEIRA TE****@GMAIL.COM
522	AL	MARCELO CARDOSO MA****@GMAIL.COM
523	AL	MARCELO HILARIO RODRIGUES DE OLIVEIRA MA****@UOL.COM.BR
524	AL	MARCIANO DA SILVA MA****@GMAIL.COM
525	AL	MARCOS ANTONIO A DOS SANTOS MARCOS MA****@GMAIL.COM
526	AL	MARCOS ANTONIO DE ARAUJO MA****@HOTMAIL.COM
527	AL	MARCOS CARDOSO RAMOS CA****@GMAIL.COM
528	AL	MARIA AMELIA PEIXOTO PATURY GALVAO MA****@GMAIL.COM
529	AL	MARIA CRISTIANE PEREIRA DE AMORIM CR****@HOTMAIL.COM
530	AL	MARIA DALVA DA****@GMAIL.COM
531	AL	MARIA JOSE SILVA LEITE MI****@GMAIL.COM
532	AL	MARIELZA GURGEL MA****@GMAIL.COM
533	AL	MARILIA LESSA MA****@GMAIL.COM
534	AL	MARINALDO BISPO MA****@GMAIL.COM
535	AL	MARIO JUNIOR MA****@GMAIL.COM
536	AL	MAURICIO DE ANDRADE SILVA FILHO MA****@YAHOO.COM.BR
537	AL	MILENA OLIVEIRA AN****@GMAIL.COM
538	AL	MIRELA BORGES MI****@BOL.COM.BR
539	AL	NANDO DA SILVA NA****@GMAIL.COM
540	AL	NICOLAS ALBUQUERQUE NI****@GMAIL.COM
541	AL	NIKOLAS HANOKH NI****@GMAIL.COM
542	AL	NOVAES NOVAES MI****@HOTMAIL.COM
543	AL	ORLANDO BARBOSA OR****@GMAIL.COM
544	AL	ORLANDO MARCOS LIMA FERNANDES MA****@GMAIL.COM
545	AL	PATRICIA SIQUEIRA PA****@GMAIL.COM
546	AL	PAULECIO ALVES PEREIRA MC****@GMAIL.COM
547	AL	PAULO BREDA PA****@GMAIL.COM
548	AL	PEDRO HENRIQUE LIRA PE****@GMAIL.COM
549	AL	PEDRO SEVE PE****@GMAIL.COM
550	AL	PEDRO SILVA PE****@GMAIL.COM
551	AL	POLIANA ROCHA AN****@GMAIL.COM
552	AL	PROFANE LAST LA****@GMAIL.COM
553	AL	RANI SILVA RH****@GMAIL.COM
554	AL	RAYANNE HONORATO RA****@GMAIL.COM
555	AL	REJANE MENDES RE****@GMAIL.COM
556	AL	RICARDO MACEDO CAMELO RI****@UOL.COM.BR
557	AL	RINALDO GUEDES RAPASSI RI****@GMAIL.COM
558	AL	RITA DE CASSIA ARAUJO GONCALVES RI****@HOTMAIL.COM
559	AL	RITA DE CASSIA VIEIRA MALTA RI****@GMAIL.COM
560	AL	RITA MENDONCA RI****@GMAIL.COM
561	AL	ROBBEN LIOTTI RO****@GMAIL.COM
562	AL	ROBERTO WAGNER GOES MARTINS PINHEIRO PE****@GMAIL.COM
563	AL	ROBERTO WAGNER GOES MARTINS PINHEIRO RW****@BOL.COM.BR
564	AL	RODRIGO ANTONIO GUEDES DA SILVA TO****@GMAIL.COM
565	AL	RODRIGO ANTONIO PE****@GMAIL.COM
566	AL	RODRIGO HENRIQUE DE JESUS TEMOTEIO RO****@HOTMAIL.COM
567	AL	ROMARIO MACHADO RO****@GMAIL.COM
568	AL	RONALDO BECO RO****@GMAIL.COM
569	AL	ROOSEVELT OMENA DR****@GMAIL.COM
570	AL	ROSANAARAUJO369 ARAUJO AR****@GMAIL.COM
571	AL	RUTECLEA GOMES DE ANDRADE RU****@GMAIL.COM
572	AL	SAMUEL ROCHA DOS SANTOS SU****@GMAIL.COM
573	AL	SANDERSON BEZERRA CE****@GMAIL.COM
574	AL	SANDRA CRISTINA DOS SANTOS LIRA SA****@HOTMAIL.COM
575	AL	SANDRA LUCIA SILVA SA****@HOTMAIL.COM
576	AL	SARA FELICIO SANTOS FE****@GMAIL.COM
577	AL	SHIRLEY DA SILVA BUARQUE SH****@GMAIL.COM
578	AL	SILVANEIDE RIBEIRO SI****@GMAIL.COM
579	AL	SILVANIA MAURICIO DE SOUSA SI****@HOTMAIL.COM
580	AL	SORIANO TORRES AD****@GMAIL.COM
581	AL	STEPHANY LIMA ST****@GMAIL.COM
582	AL	SUZANA CRISTINA DEC LIMA ANTUNES SU****@GMAIL.COM
583	AL	SUZANA FIORI SZ****@GMAIL.COM
584	AL	TAIS FIGUEIREDO DE ARAUJO TA****@GMAIL.COM
585	AL	TANELI AVLIS DA****@GMAIL.COM
586	AL	THAIANE ISABELLE TH****@GMAIL.COM
587	AL	THALLES SHILMANEY MARTINHO SANTOS LEITE TH****@GMAIL.COM
588	AL	THEU SOBRAL TH****@GMAIL.COM
589	AL	THIAGO CANUTO PI****@GMAIL.COM
590	AL	THIAGO LIMA TH****@GMAIL.COM
591	AL	THOMAZ FIREMAN DE ARROXELLAS COSTA TH****@HOTMAIL.COM
592	AL	TUCA ALBUQUERQUE TU****@GMAIL.COM
593	AL	VALDEMIR CAVALCANTE FERRO VA****@GMAIL.COM
594	AL	VALNIA VELOSO COELHO VA****@HOTMAIL.COM
595	AL	WAGNER GUIMARAES MELLO MELLO WA****@HOTMAIL.COM
596	AL	WALDYJANE FARIAS NOVAIS WA****@HOTMAIL.COM
597	AL	WENDEL SILVESTRE DE OLIVEIRA WE****@GMAIL.COM
598	AL	WILLAMES SOARES DA SILVA YT****@GMAIL.COM
599	AL	WILMA ACIOLY AC****@GMAIL.COM
600	AL	YVETTE BARBOSA YV****@GMAIL.COM
601	AM	ADRIANO MORAES DE MEDEIROS ME****@GMAIL.COM
602	AM	ADRIANO PINHEIRO MI****@GMAIL.COM
603	AM	AEGON TARG WI****@GMAIL.COM
604	AM	ALDA BARAUNA AL****@GMAIL.COM
605	AM	ALDEIZE F DE A AL****@GMAIL.COM
606	AM	ALESSANDRO CASTRO AL****@GMAIL.COM
607	AM	ALEXANDRE SOUZA AA****@HOTMAIL.COM
608	AM	ALEXANDRE VERAS RODRIGUES AL****@GMAIL.COM
609	AM	ALEX LEONARDO AMARAL GOIS AL****@GMAIL.COM
610	AM	ALICE KELLY GAMA DA SILVA EU****@GMAIL.COM
611	AM	AMANDA HOLANDA AMAZONAS AM****@GMAIL.COM
612	AM	ANA PAULA ROCHA NEVES RO****@GMAIL.COM
	AM	ANDERSON CAVALCANTE GUIMARAES AN****@GMAIL.COM
	AM	ANDERSON CLAITON LIMA AN****@GMAIL.COM
	AM	ANDERSON SENA AN****@GMAIL.COM
	AM	ANDERSON SOUZA XM****@GMAIL.COM
	AM	ANDERSON WILLAMY COSTA DA SILVA AN****@GMAIL.COM
	AM	ANDRESSA ABTIBOL AN****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

Nº UF Cidadão	
619	AM ANDRESSA ABTIBOL AN****@GMAIL.COM
620	AM ANDREY ZUBIATE NO****@GMAIL.COM
621	AM ANTONIO DAVI ROLAND DE BRITO AN****@HOTMAIL.COM
622	AM ANTONIO GOMES TO****@GMAIL.COM
623	AM ARLANE FIGUEIRA AR****@GMAIL.COM
624	AM ARLANE SANTOS AR****@GMAIL.COM
625	AM BARBARA PRISCILA COSTA DE CARVALHO PR****@LIVE.COM
626	AM BENEDITO ALBERTO OLIVEIRA FRANCA FR****@GMAIL.COM
627	AM BENEDITO ALMEIDA BE****@GMAIL.COM
628	AM BRUNA MARIA PINHEIRO MOREIRA BR****@GMAIL.COM
629	AM BRUNA TAMIRES BR****@GMAIL.COM
630	AM BRUNO ARAUJO AR****@GMAIL.COM
631	AM CARLA ZELINE ZE****@GMAIL.COM
632	AM CARLOS ALBERTO MARQUES DA SILVA SI****@GMAIL.COM
633	AM CARLOS ALBERTO PEREIRA FERREIRA CA****@HOTMAIL.COM
634	AM CARLOS CEZAR ANDRADE ALMEIDA CC****@GMAIL.COM
635	AM CARLOS EDUARDO CLAUDIO RAMOS CA****@GMAIL.COM
636	AM CARLOS SOTERO CA****@GMAIL.COM
637	AM CASSIO AFONSO SILVA DE OLIVEIRA CA****@LIVE.COM
638	AM CASSIUS MARTINS CA****@HOTMAIL.COM
639	AM CINTIA SIMOES CI****@GMAIL.COM
640	AM CLEIDIANE RABELO CL****@GMAIL.COM
641	AM CRISTIAN CARVALHO DE SIQUEIRA SIQUEIRA CR****@GMAIL.COM
642	AM CRISTIANE PINHEIRO CR****@GMAIL.COM
643	AM DANGLERS CASTRO DA****@GMAIL.COM
644	AM DANIELLE OLIVEIRA CH****@GMAIL.COM
645	AM DANIEL MARTINS DA****@BLOGDODANIEL.COM.BR
646	AM DANIEL SARAIVA BRUCE DA****@GMAIL.COM
647	AM DANUZA SANTA RITA RODRIGUES DE LIMA RD****@HOTMAIL.COM
648	AM DAS NEVES DA****@GMAIL.COM
649	AM DENILSON ANTONIO ALEXANDRE DE****@GMAIL.COM
650	AM DENISE BRAGA DE AZEVEDO DE****@YAHOO.COM
651	AM DENISE RODRIGUES DE****@HOTMAIL.COM
652	AM DIEGO EMERSON VI****@GMAIL.COM
653	AM DOCILDA FLORENCIO MARTINS DO****@HOTMAIL.COM
654	AM EDCLEY RODRIGUES PIRANGI A9****@GMAIL.COM
655	AM EDGAR LIMA DA SILVA JUNIOR ED****@GMAIL.COM
656	AM EDILSON DE SOUZA MAFRA ES****@OUTLOOK.COM
657	AM EDINEY SANTOS ED****@GMAIL.COM
658	AM ELIEZER MOTA EL****@GMAIL.COM
659	AM ELIZANA SILVA EL****@GMAIL.COM
660	AM ELIZIANE COUTINHO DU****@GMAIL.COM
661	AM ELIZOMARA PEREIRA DO NASCIMENTO MA****@GMAIL.COM
662	AM ENEAS SANTOS EN****@GMAIL.COM
663	AM ESTEVAM PEREIRA PE****@GMAIL.COM
664	AM EUDSON PIMENTEL EU****@GMAIL.COM
665	AM EVERTON DE OLIVEIRA MAIA MA****@GMAIL.COM
666	AM EZEGLAIR DE SOUZA EZ****@GMAIL.COM
667	AM FABIANO AMARANTE FA****@GMAIL.COM
668	AM FABIO QUARTAROLLI QU****@GMAIL.COM
669	AM FABIO T. C. STOLLER FA****@GMAIL.COM
670	AM FABRICIO MARQUES FM****@HOTMAIL.COM
671	AM FERNANDA DUARTE CARNEIRO MANOEL FE****@HOTMAIL.COM
672	AM FERNANDO DE LIMA GOMES PA****@HOTMAIL.COM
673	AM FRANCISCA REGIA MAIA ALFAIA RE****@GMAIL.COM
674	AM FRAN MESQ QUARTAROLLI FM****@GMAIL.COM
675	AM GEBER NASCIMENTO GE****@GMAIL.COM
676	AM GERMINO CORDEIRO DIAS NETO GE****@GMAIL.COM
677	AM GIANCARLO MONTEIRO GI****@GMAIL.COM
678	AM GILVAN MOTA GI****@GMAIL.COM
679	AM GLEYDSON JOSE DE ARAUJO GAMA GA****@GMAIL.COM
680	AM GSCRUM GSCRUM GS****@GMAIL.COM
681	AM GUILHERME AMORIM DE SOUZA SO****@GMAIL.COM
682	AM HELDER DACOSTA HE****@GMAIL.COM
683	AM HELOISA MORELI SAMPAIO HE****@GMAIL.COM
684	AM HENRIQUE FLAVIO SOUZA SILVA RI****@GMAIL.COM
685	AM HENRIQUE RIBEIRO MARTINI VIEIRA HE****@HOTMAIL.COM
686	AM HIFRAM MOUSSE MO****@GMAIL.COM
687	AM ISRAEL VENANCIO IS****@GMAIL.COM
688	AM JANES CLEY NUNES JA****@GMAIL.COM
689	AM JAQUELINE FERRETTI JA****@GMAIL.COM
690	AM JAQUELINE SIQUEIRA JA****@GMAIL.COM
691	AM JEAN ALVES JI****@GMAIL.COM
692	AM JENNIFER SALES JE****@GMAIL.COM
693	AM JOAO CARLOS JO****@GMAIL.COM
694	AM JOAO TORRES JO****@GMAIL.COM
695	AM JOEMILSON SOUZA JO****@GMAIL.COM
696	AM JONAS SILVA JO****@GMAIL.COM
697	AM JOSE GERALDO MARTINS DOS SANTOS GE****@GMAIL.COM
698	AM JOSE ITAMAR SILVA PONTES JO****@GMAIL.COM
699	AM JOSE LUIZ KLEIN KL****@GMAIL.COM
700	AM JOSE MURILO FERRAZ SUANO MU****@GMAIL.COM
701	AM JUCINEIA TORRES DE OLIVEIRA JU****@HOTMAIL.COM
702	AM JULIANO GAMA EC****@GMAIL.COM
703	AM KARINA VIRGOLINO KA****@GMAIL.COM
704	AM KELSON GIRAO DE SOUZA KE****@HOTMAIL.COM
705	AM KENNEDY SILVA LOPES KS****@GMAIL.COM
706	AM KETLEN ORQUIDEA BL****@GMAIL.COM
707	AM K T TK****@GMAIL.COM
708	AM LANEHEWER FIGUEIRA AR****@GMAIL.COM
709	AM LANGERLI MOURA MOURA LA****@GMAIL.COM
710	AM LANI BRANDAO LA****@GMAIL.COM
711	AM LAZARO ROBSON PEREIRA JANUARIO LA****@HOTMAIL.COM
712	AM LE B LE****@GMAIL.COM
713	AM LEILSON LEILSON LE****@GMAIL.COM
714	AM LEON BARROSO LE****@GMAIL.COM
715	AM LEVINDO SOUZA LE****@GMAIL.COM
	AM LIA ACSZ JU****@GMAIL.COM
	AM LIPE SILVA FL****@GMAIL.COM
	AM LUCELIA CUNHA DA ROCHA SANTOS LC****@GMAIL.COM
	AM LUCIANA GONCALVES SIQUEIRA LU****@HOTMAIL.COM
	AM LUCIANA SAMPA LU****@GMAIL.COM
	AM LUCIENE TELES PEREIRA LU****@GMAIL.COM



6



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1211, DE 2022

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para prever o fornecimento obrigatório, pelo poder público, mediante solicitação, de formulários impressos em papel como alternativa aos apresentados em meio eletrônico.

AUTORIA: Senador Romário (PL/RJ)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (Partido Liberal-RJ)

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para prever o fornecimento obrigatório, pelo poder público, mediante solicitação, de formulários impressos em papel como alternativa aos apresentados em meio eletrônico.



SF/22431.55276-28

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei determina a disponibilização, por órgãos públicos, mediante solicitação, para pessoas com deficiência, de formulários impressos em papel como alternativa aos disponibilizados em meio eletrônico.

Art. 2º O art. 62 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 62.

Parágrafo único. A Administração Pública federal, estadual, distrital ou municipal, direta, indireta, autárquica ou fundacional, de qualquer dos Poderes, disponibilizará aos usuários dos serviços públicos, através de seus órgãos e canais de atendimento, mediante solicitação, para o acesso a qualquer espécie de serviço público, formulários impressos em papel, para preenchimento em substituição aos formulários eletrônicos, sem prejuízo para o solicitante.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Até poucos anos atrás, os serviços públicos eram oferecidos e disponibilizados através de formulários impressos em papel. Com a

disseminação da informática e da internet, gradativamente os formulários em papel foram sendo substituídos por formulários eletrônicos.

Acontece que grande parte da população brasileira não consegue operar equipamentos de informática, seja por deficiência de alguma natureza, limitações visuais, perdas funcionais e até mesmo por não possuir familiaridade com a tecnologia digital. Sendo assim, é fato que os formulários para preenchimento a mão (no papel) ainda representam o único meio acessível a que estas pessoas podem recorrer para exercer sua cidadania.

Não podemos permitir que a evolução tecnológica seja uma barreira, uma ferramenta de exclusão social, de discriminação, de segregação daqueles que não possam utilizá-la.

O Estado precisa atender a todos os seus cidadãos e não fechar a porta para aquelas pessoas com deficiência que ainda não conseguem utilizar as ferramentas de informática.

A todos esses elementos razoáveis e preocupantes, soma-se o fato de que temos ainda importante parte da população brasileira sem acesso à internet ou que possui acesso apenas através de telefones celulares (que, em muitos casos, não lhes permite preencher formulários eletrônicos satisfatoriamente). Ademais, há (e são dezenas de milhões) aqueles que não possuem escolaridade ou conhecimento prático para operar equipamentos de informática. Ao adotar apenas as ferramentas digitais como meio disponível para o contribuinte ou o cidadão poder exercer seus direitos e cumprir seus deveres junto ao Estado estamos fechando as portas, e eu repito, estamos fechando as portas para grande parte da população brasileira.

Sala das Sessões,

Senador ROMÁRIO
Senado da República- Partido Liberal/RJ



SF/22431.55276-28

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - 13146/15

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2015;13146>

- art62



SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 1.211, de 2022, do Senador Romário, que *altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para prever o fornecimento obrigatório, pelo poder público, mediante solicitação, de formulários impressos em papel como alternativa aos apresentados em meio eletrônico.*

Relator: Senador **FLÁVIO ARNS**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 1.211, de 2022, de autoria do Senador Romário, altera o art. 62 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), com o objetivo de obrigar o poder público a fornecer formulários impressos em papel, mediante solicitação, como alternativa aos apresentados em meio eletrônico. Se for aprovada, a lei resultante entra em vigor após decorridos 180 dias da data de sua publicação.

O autor justifica a iniciativa com fundamento na importância de impedir que o uso da informática represente uma barreira para os excluídos digitais, entre os quais estão algumas pessoas com deficiência. Formulários eletrônicos podem impedir o exercício de direitos e deveres pelas pessoas que não os conseguem utilizar.



SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

A proposição foi distribuída à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para análise em caráter terminativo.

Não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

O PL nº 1.211, de 2022, não contém vícios aparentes de inconstitucionalidade ou de injuridicidade. Situa-se dentro das competências legislativas da União e não viola iniciativa reservada a outro poder.

Identificamos mérito na proposta, pois reforça o princípio inclusivo que permeia o regime democrático. Qualquer barreira que imponha regras, procedimentos ou quaisquer outras condições que impeçam ou dificultem o exercício de direitos e deveres por um segmento da sociedade, sobretudo se for vulnerável, é inaceitável e deve ser superada. É o que faz a proposição, assegurando, inclusive, o disposto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal, que a todos reconhece o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral.

Prevê, ainda, amplo prazo para que os órgãos públicos possam se preparar para essa mudança, de caráter mais organizacional. Dessa forma, saudamos essa medida de combate à exclusão digital e garantia de direitos das pessoas hipossuficientes frente à tecnologia em qualquer sentido.

III – VOTO

Em razão do que foi exposto, concluímos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.211, de 2022.

Sala da Comissão,

, Presidente



SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

, Relator

7



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1364, DE 2022

Altera as Leis nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e nº 14.344, de 24 de maio de 2022, para dispor sobre o registro de boletim de ocorrência e a solicitação de medida protetiva de urgência para criança, adolescente, mulher ou pessoa idosa por meio de sítio eletrônico na internet ou de telefone.

AUTORIA: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA DANIELLA RIBEIRO

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Altera as Leis nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e nº 14.344, de 24 de maio de 2022, para dispor sobre o registro de boletim de ocorrência e a solicitação de medida protetiva de urgência para criança, adolescente, mulher ou pessoa idosa por meio de sítio eletrônico na internet ou de telefone.



SF/22512.37667-80

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei prevê o registro de boletim de ocorrência e a solicitação de medida protetiva de urgência para criança, adolescente, mulher ou pessoa idosa vítimas de qualquer espécie de violência, abusos ou maus-tratos previstos em lei, por meio de sítio eletrônico na internet ou por meio de telefone.

Art. 2º O art. 19 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“**Art. 19.**

.....
§ 4º Para os fins previstos no *caput* deste artigo, a ofendida poderá registrar boletim de ocorrência e solicitar medida protetiva de urgência por meio de sítio eletrônico na internet ou por meio de número de telefone de emergência.” (NR)

Art. 3º O art. 44 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“**Art. 44.**

Parágrafo único. A pessoa idosa poderá registrar ocorrência e solicitar medidas específicas de proteção por meio de sítio

eletrônico na internet ou por meio de número de telefone de emergência.” (NR)

Art. 4º O art. 16 da Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“**Art. 16.**
.....

§ 4º Para os fins previstos no caput deste artigo, a vítima ou pessoa que atue em seu favor poderá registrar boletim de ocorrência e solicitar medida protetiva de urgência por meio de sítio eletrônico na internet ou por meio de número de telefone de emergência. ” (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Devido à pandemia de covid-19, o Poder Legislativo editou rapidamente a Lei nº 14.022, aos 7 de julho de 2020. Nela está a previsão da possibilidade de crianças, adolescentes, mulheres e pessoas idosas pedirem auxílio ao Estado *via internet* quando vítimas de qualquer tipo violência, maus-tratos, opressão ou abuso sexual. A lei visava, à época, à oferta de um meio de emergência para o enfrentamento das situações conflitivas geradas pela dinâmica da pandemia.

Mas o que surgiu como meio de emergência revelou ter aquelas qualidades que tanto foram buscadas, nas últimas duas décadas, pelo legislador e pelas autoridades judiciária e administrativa: prontidão, rapidez, privacidade e segurança.

É por isso que aqui propomos a introdução em nosso ordenamento jurídico, a título definitivo e não mais emergencial, da ideia normativa contida no inciso II do art. 5º-A da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estatui:

II - o registro da ocorrência de violência doméstica e familiar contra a mulher e de crimes cometidos contra criança, adolescente, pessoa idosa ou pessoa com deficiência poderá ser realizado por meio eletrônico ou por meio de número de telefone de emergência designado para tal fim pelos órgãos de segurança pública.



SF/22512.37667-80

O Poder Judiciário do estado do Rio de Janeiro já nos mostrou o caminho: um sítio eletrônico intitulado Maria da Penha Virtual, acessível no endereço <https://www3.tjrj.jus.br/mariapenhavirtual/>. O Maria da Penha Virtual *chamou a atenção por seu desempenho* e ganhou o prêmio CNJ Juíza Viviane do Amaral, de 2021.

A pandemia, a título de emergência, iniciou um processo de transição que já estava na ordem do dia há alguns anos: a busca e a oferta de serviços, em larga escala, por telefone e pela internet. E percebeu-se que a sociedade não apenas estava preparada para isso, como, também, que a oferta de serviços melhorava, a despeito de todas as dificuldades da pandemia, com a adoção dos meios de comunicação.

Nossa intenção é a de não perder a oportunidade de escrever na legislação, a título definitivo, instituição tão eficaz e justa como o registro de ocorrência e o pedido de medida protetiva por meio de telefone ou via internet. Esses meios seguirão aliados à oferta de auxílio de forma presencial, que nossa proposição em nada altera. Em resumo: nossa proposição amplia os recursos disponíveis aos vulneráveis para a defesa de seus direitos por meio de uma *solução já testada e aprovada*.

São essas as razões em nome das quais pedimos aos nobres e às nobres Pares apoio a este Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senadora DANIELLA RIBEIRO



SF/22512.37667-80

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003 - Estatuto do Idoso; Lei do Idoso - 10741/03
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2003;10741>
 - art44
- Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - 11340/06
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006;11340>
 - art19
- Lei nº 13.979, de 6 de Fevereiro de 2020 - LEI-13979-2020-02-06 - 13979/20
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2020;13979>
 - art5-1_cpt_inc2
- urn:lex:br:federal:lei:2022;14344
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2022;14344>
 - art16



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1.364, de 2022, da Senadora Daniella Ribeiro, que *altera as Leis nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e nº 14.344, de 24 de maio de 2022, para dispor sobre o registro de boletim de ocorrência e a solicitação de medida protetiva de urgência para criança, adolescente, mulher ou pessoa idosa por meio de sítio eletrônico na internet ou de telefone.*

Relator: Senador **ALESSANDRO VIEIRA**

I – RELATÓRIO

Em exame nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 1.364, de 2022, da Senadora Daniella Ribeiro, que altera as Leis nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e nº 14.344, de 24 de maio de 2022, para prever o registro de boletim de ocorrência e a solicitação de medida protetiva de urgência para criança, adolescente, mulher ou pessoa idosa *por meio de sítio eletrônico na internet ou de telefone.*

Em seu art. 1º, a proposição enuncia seu objeto: o registro, pela internet ou por telefone, de boletim de ocorrência e a solicitação de medidas protetivas por vulneráveis. Por meio de seu art. 2º, o PL insere a ideia normativa descrita acima na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), na forma de § 4º do art. 19. Seu art. 3º insere a mesma ideia sob forma de parágrafo único no art. 44 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Já seu



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

art. 4º a insere, sob forma de § 4º, no art. 16 da Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022. Por fim, o art. 5º da proposição põe em vigor a lei que de si resulte noventa dias após a data de sua publicação.

Em suas razões, a autora argumenta que, para além da razoabilidade da ideia, ela já fez parte da ordem jurídica, tendo estado em vigor, durante a pandemia de covid-19, por meio da Lei nº 14.022, de 7 de julho de 2020 (que inseriu a ideia normativa em tela na Lei nº 13.979, de 2020), resultando em experiência bem-sucedida e mesmo premiada no Rio de Janeiro.

Após seu exame por esta CDH, a proposição seguirá para exame, em caráter terminativo, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

De acordo com os incisos IV e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre matéria respeitante a direitos da mulher, à proteção e integração social das pessoas com deficiência e à proteção da infância, da juventude e das pessoas idosas. Isso faz regimental seu exame do Projeto de Lei nº 1.364, de 2022.

Como a constitucionalidade e a juridicidade da matéria serão objeto de análise da CCJ, vamos nos concentrar, aqui, no mérito da proposição.

Alegra-nos relatar matéria que, a nosso ver, é justa, conveniente, adequada e, além do mais, testada.

Observe-se, incidentalmente, que a proposição, de 2022, acrescenta § 4º ao art. 19 da Lei Maria da Penha. Contudo, desde a apresentação do PL, o art. 19 daquela Lei recebeu, em 2023, um novo § 4º, com conteúdo



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

que menciona a necessidade da apresentação de razões por escrito para que o juiz decida. Além disso, traz a possibilidade de que o juiz não conceda as medidas a partir de sua avaliação da inexistência de risco para a pleiteante.

A facilidade de denunciar por meio de telefone ou de internet é excelente ideia normativa que, a nosso ver, deve constar da Lei. Entretanto, parece-nos importante afastar a obrigatoriedade das alegações escritas para conceder as medidas de urgência, na forma da atual redação do § 4º do art. 19 da Lei Maria da Penha. Assim entendemos por ser necessário pensar nas vítimas que, por alguma razão, como a existência de deficiência, não podem fazê-las por escrito. Dessa forma, apresentaremos emenda com tal ajuste, além de modificar a numeração do § 4º proposto pelo PL para § 7º, em respeito aos comandos de técnica legislativa apresentados pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, acrescentando também a possibilidade de registro por pessoa que atue em favor da vítima.

E, por fim, louvamos a iniciativa da autora ao resgatar a ideia que, adotada inicialmente apenas como resposta à pandemia, já demonstrou sua eficiência e afinidade com nossa época. Como um todo, a proposição expressa bem a constante luta que este Parlamento tem travado em favor de pessoas vulneráveis, sejam elas mulheres, crianças, adolescentes ou pessoas idosas. A proposição, ao inserir ideia normativa semelhante em três leis diferentes, mostra sua disposição estratégica – a saber, a de inibir a reprodução de comportamentos hostis generalizados, que atingem a todos os grupos citados. Não podemos senão dar-lhe apoio.

III – VOTO

Conforme os argumentos apresentados, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.364, de 2022, com a seguinte emenda:



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

EMENDA Nº - CDH

2022: Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei nº 1.364, de

“**Art. 2º** O art. 19 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 19.**
.....

§ 4º As medidas protetivas de urgência serão concedidas em juízo de cognição sumária a partir do depoimento da ofendida perante a autoridade policial ou da apresentação de suas alegações e poderão ser indeferidas no caso de avaliação pela autoridade de inexistência de risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes.
.....

§ 7º Para os fins previstos no *caput* deste artigo, a vítima ou pessoa que atue em seu favor poderá registrar boletim de ocorrência e solicitar medida protetiva de urgência por meio de sítio eletrônico na internet ou por meio de número de telefone de emergência.’ (NR)”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

8



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1328, DE 2023

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, para incluir abrangência à discriminação por origem, gênero, contra pessoas com deficiência ou de qualquer natureza.

AUTORIA: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, para incluir abrangência à discriminação por origem, gênero, contra pessoas com deficiência ou de qualquer natureza.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de origem, raça, etnia, religião, gênero, cor, idade, contra pessoa com deficiência ou quaisquer outras formas de discriminação.

.....
.....

Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de origem, raça, etnia, religião, gênero, cor, idade, contra pessoa com deficiência ou quaisquer outras formas de discriminação.

.....
..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto tem por objetivo elucidar a Lei nº 7.716/98, conhecida como Lei Caó, para eliminar a possibilidade de interpretação restritiva da norma, que excluiria a discriminação por origem regional, por meio da substituição da expressão “procedência nacional” pelo termo “origem”. Além disso, adequa o texto à redação já prevista na Constituição Federal e no art. 140, §3º, do Código Penal, para abranger também expressamente outras formas de discriminação.

Recentemente, um vereador do município de Bento Gonçalves/RS, proferiu discurso discriminatórios contra trabalhadores baianos reduzidos à condição de trabalho análoga à escravidão¹. Segundo o parlamentar, os baianos “vivem na praia, tocando tambor” e, por isso, “era normal que se fosse ter esse tipo de problema” (*sic*).

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, a construção de uma sociedade sem preconceitos, livre de discriminação de qualquer natureza, é um imperativo que deve guiar todo o ordenamento jurídico. Nesse cenário, o preconceito regional - ou de qualquer sorte por origem geográfica - também não é admitido por nossa legislação, mesmo que não de maneira expressa.

Como brilhantemente observam Dalide Corrêa e Oberdan Costa em artigo recente, a interpretação literal da norma pode levar o julgador a concluir que o tipo penal abrange somente o preconceito decorrente de procedência nacional, e não as demais. Dizem os autores²:

As falas possivelmente se subsomem ao art. 20 da Lei 7.716/89, que proíbe a conduta de “praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”, cominando-lhe pena de reclusão de um a três anos. **Discutir-se-ia se há encaixe entre a ação e o crime, vez que, segundo a máxima de que não há palavras inúteis na norma penal, o que se pune é a**

¹ <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/02/vereador-gaicho-diz-que-baianos-vivem-na-praia-e-incentiva-contratacao-de-argentinos.ghtml>

² CORRÊA, Dalide; COSTA, Oberdan. “A sombra da voz do vereador”. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/a-sombra-da-voz-do-vereador-07032023>. Acesso em 09.03.2023, grifos aditados.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

discriminação por “procedência nacional” (v.g., insultar alguém por ser venezuelano), e não pelas demais procedências (discriminação por procedência estadual, como é o caso).

Não sem razão, o Superior Tribunal de Justiça já foi provocado a manifestar entendimento sobre a controvérsia. Naquele caso, a posição da Corte apontou, acertadamente, que a discriminação contra nordestinos configura o crime previsto no art. 20 da Lei 7.716/89, nos seguintes termos:

RECURSO ESPECIAL. PENAL. ART. 20, § 2º, DA LEI N. 7.716/1989. AUSÊNCIA DE POTENCIALIDADE LESIVA. ADEQUAÇÃO TÍPICA FORMAL E MATERIAL EM TESE DA CONDUTA. JUÍZO DE INFERIORIDADE DE COLETIVIDADES. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. BENS JURÍDICOS TUTELADOS. IGUALDADE, DIVERSIDADE E PAZ PÚBLICA. INCOMPATIBILIDADE. TIPO PENAL DE PERIGO ABSTRATO. 1. O delito do art. 20, § 2º, da Lei n. 7.716/1989, consiste na expressão de superioridade em contraposição à inferioridade de coletividades humanas. A Convenção Interamericana de Direitos Humanos, ao tratar da liberdade de expressão, dispôs explicitamente no art. 13.5 comando criminalizatório do discurso de ódio que, em nosso ordenamento jurídico, o dispositivo em comento faz as vezes. (STJ - REsp 1569850/RN, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, 6a Turma, julgado em 24/04/2018, DJe 11/06/2018).

Cabe ao Poder Legislativo, portanto, afastar eventual controvérsia interpretativa e tornar nítido aos destinatários da norma que a discriminação é inadmissível em qualquer aspecto, em linha com o que já fez o Poder Judiciário.

Por fim, reconhecemos que a recente entrada em vigor do art. 20-C da Lei 7.716/89 (incluído pela Lei n. 14.532, de 11 de janeiro de 2023) representou um avanço no combate à discriminação, ao determinar que o julgador considere “discriminatória qualquer atitude ou tratamento dado à pessoa ou a grupos minoritários que cause constrangimento, humilhação, vergonha, medo ou exposição indevida, e que usualmente não se dispensaria a outros grupos em razão da cor, etnia, religião ou procedência”. Contudo, o texto em vigor está restrito às hipóteses de preconceito de cor, etnia, religião e procedência, enquanto a redação ora proposta abrange origem, gênero, pessoas com deficiência, bem como quaisquer outras formas de discriminação e, nessa medida, inovando no ordenamento jurídico.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

Assim, é desejável que a legislação seja aprimorada, para não deixar margem de interpretação possível que isente de pena aqueles que, como o vereador citado, ofendem de maneira vexaminosa grupos regionais no Brasil. O Poder Legislativo pode, por meio da aprovação desta proposição, dar mais um passo no sentido de garantir substancialmente aquilo que já foi determinado pelo constituinte.

Em face da importância da matéria, solicito o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para a aprovação deste Projeto.

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Lei nº 7.716, de 5 de Janeiro de 1989 - Lei Caó - 7716/89
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1989;7716>
 - art20
 - art20_par2
 - art20-3
- urn:lex:br:federal:lei:1998;7716
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998;7716>
- Lei nº 14.532 de 11/01/2023 - LEI-14532-2023-01-11 - 14532/23
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14532>



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ANA PAULA LOBATO

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1.328, de 2023, do Senador Fabiano Contarato, que *altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, para incluir abrangência à discriminação por origem, gênero, contra pessoas com deficiência ou de qualquer natureza.*

Relatora: Senadora ANA PAULA LOBATO

I – RELATÓRIO

Vem à análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 1.328, de 2023. Trata-se de PL de autoria do Senador Fabiano Contarato. Seu propósito é o de alterar a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, para incluir abrangência à discriminação por origem, gênero, contra pessoas com deficiência ou de qualquer natureza.

Para tal finalidade, o PL conta com dois artigos.

Em seu art. 1º, altera os *caputs* dos arts. 1º e 20 daquela Lei. O PL mantém a tipificação penal da discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia ou religião. Contudo, altera para “origem” a previsão que hoje a lei chama de “procedência nacional”. E, além disso, o PL ainda acrescenta a tipificação penal da discriminação ou preconceito em razão de gênero, idade, condição de pessoa com deficiência, bem como quaisquer outras formas de discriminação.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **ANA PAULA LOBATO**

Já em seu art. 2º, o PL determina vigência imediata da lei a que der origem.

Em sua justificação, o autor da matéria defende que o PL visa a *eliminar a possibilidade de interpretação restritiva da norma, que excluiria a discriminação por origem regional, por meio da substituição da expressão “procedência nacional” pelo termo “origem”*. Além disso, *adequa o texto à redação já prevista na Constituição Federal e no art. 140, §3º, do Código Penal, para abranger também expressamente outras formas de discriminação*. Assim, conclui que cabe ao Poder Legislativo, portanto, afastar eventual controvérsia interpretativa e tornar nítido aos destinatários da norma que a discriminação é inadmissível em qualquer aspecto, em linha com o que já fez o Poder Judiciário.

Após a presente apreciação pela CDH, o PL seguirá para a análise terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos. Desta maneira, seu exame do PL em tela é totalmente regimental.

No que toca à constitucionalidade, à legalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, não temos qualquer óbice a apresentar.

O PL é meritório e, mais que isso, necessário. Basta de discriminação irrestrita!

Como se já não bastasse o racismo recreativo, verifica-se a manutenção, e mesmo o aumento, de práticas nefastas como a misoginia, o etarismo e o capacitismo recreativos – todos eles, enunciados sob o temerário véu de brincadeiras ingênuas.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **ANA PAULA LOBATO**

Dessa maneira, o PL é sábio ao decidir pela expansão do alcance do art. 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Esta lei, altamente necessária, já pune crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Contudo, análise mais detida da realidade fática brasileira mostra que a ampliação da letra da lei se faz necessária.

Assim, é plenamente justificável e acertado aquilo que faz o PL em apreço – a promoção do alcance pela lei da discriminação também em razão de gênero, idade, condição de pessoa com deficiência ou quaisquer outras formas de discriminação. Como já observado, não há mais lugar para se admitir a prática de misoginia, de etarismo e de capacitismo.

Igualmente adequada é a troca de “procedência nacional” por “origem”, de forma que a Lei não mais alcançará apenas a xenofobia àquele de dado País estrangeiro, mas também a xenofobia doméstica em prejuízo daqueles que vem desta ou daquela região ou estado brasileiros.

Cabe, entretanto, ajuste redacional ao caput do art. 1º, tendo em vista que o ano de sanção da lei que se pretende alterar é 1989 e não 1998.

Por fim, só podemos concluir pelo mérito e adequação do PL nº 1.328, de 2023, que se mostra alvissareiro e preciso na sua análise da realidade brasileira. A conclusão, assim, só pode ser por sua irrestrita aprovação.

III – VOTO

Em razão do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.328, de 2023 com a seguinte emenda de redação:



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ANA PAULA LOBATO

EMENDA Nº - CDH (DE REDAÇÃO)

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei (PL) nº 1.328, de 2023:

“**Art. 1º** A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

9



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4438, DE 2021 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Altera as Leis nºs 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), e 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para aprimorar a defesa dos direitos humanos e estabelecer medidas protetivas de urgência para as pessoas idosas e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto de lei do Senado
- PL 4438/2021 (Casa iniciadora)

<https://legis.senado.leg.br/sdleg->

[getter/documento?dm=9094511&ts=1686841188023&disposition=inline&_gl=1*1yby1wq*_ga*MTkxNDkwOTEyMy4xNjgwMTkzMjM1*_ga_CW3ZH25XMK*MTY4NjkzNjA3OS4yLjEuMTY4NjkzNzk5MC4wLjAuMA..](https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9094511&ts=1686841188023&disposition=inline&_gl=1*1yby1wq*_ga*MTkxNDkwOTEyMy4xNjgwMTkzMjM1*_ga_CW3ZH25XMK*MTY4NjkzNjA3OS4yLjEuMTY4NjkzNzk5MC4wLjAuMA..)



[Página da matéria](#)

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4.438 de 2021 do Senado Federal, que "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer medidas protetivas de urgência para idosos e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la".

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Altera as Leis nºs 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), e 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para aprimorar a defesa dos direitos humanos e estabelecer medidas protetivas de urgência para as pessoas idosas e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera as Leis nºs 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), e 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para aprimorar a defesa dos direitos humanos e estabelecer medidas protetivas de urgência para as pessoas idosas e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la.

Art. 2º O Título III da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), passa a vigorar acrescido do seguinte Capítulo III:

"CAPÍTULO III
DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA EM CASO DE
VIOLÊNCIA

Art. 45-A. As pessoas idosas que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la serão atendidas com prioridade pela autoridade policial, que oficiará imediatamente o juiz para decidir, em até 48 (quarenta e oito) horas, sobre a adoção das medidas protetivas de urgência cabíveis no caso.

§ 1º Sem prejuízo de outras medidas protetivas de urgência, o juiz poderá aplicar, a requerimento do Ministério Público ou da Defensoria Pública ou a pedido do ofendido, as seguintes medidas:

I - apreensão imediata de arma de fogo sob a posse do agressor;

II - suspensão ou restrição do porte de arma de fogo do agressor, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento);

III - afastamento temporário ou definitivo do agressor do lar ou domicílio da pessoa idosa ou de local de convivência com ela;

IV - proibição de determinadas condutas do agressor, entre as quais:

a) aproximação da pessoa idosa, de seus familiares e de testemunhas, com fixação do limite mínimo de distância entre ele e essas pessoas;

b) contato com a pessoa idosa, com seus familiares e com testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) presença em determinados lugares, a fim de preservar a integridade física e psicológica da pessoa idosa;

V - restrição ou suspensão de visitas do agressor à pessoa idosa;

VI - substituição do curador da pessoa idosa;

VII - substituição da entidade de abrigo da pessoa idosa.

§ 2º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação daquelas previstas no art. 45 desta Lei ou de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da pessoa idosa ou as circunstâncias a exigirem, observado que a providência deve ser comunicada ao Ministério Público.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, o juiz poderá requisitar auxílio da força policial a qualquer momento.

§ 4º Aplica-se subsidiariamente, no que for cabível, o disposto na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)."

Art. 3º O Título V da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), passa a vigorar acrescido do seguinte Capítulo II-A:

"CAPÍTULO II-A
DA DEFENSORIA PÚBLICA

Art. 77-A. A Defensoria Pública da União, dos Estados ou do Distrito Federal exercerá, nos limites de suas funções institucionais e das respectivas leis orgânicas, a promoção e a defesa dos direitos e interesses assegurados por esta Lei, em todos os graus, judicial e extrajudicialmente, em caráter individual ou coletivo, de forma integral e gratuita, competindo-lhe, em especial, orientar e fiscalizar as entidades governamentais e não governamentais de atendimento à pessoa idosa na forma prevista nesta Lei.

§ 1º Para o exercício das atribuições decorrentes deste artigo, a Defensoria Pública poderá, no que couber, valer-se das previsões contidas nos arts. 45, 45-A e 52 e nos incisos I a X do *caput* do art. 74 desta Lei, assegurado a ela livre acesso a toda entidade de atendimento à pessoa idosa.

§ 2º A Defensoria Pública poderá, na forma prevista nos Capítulos V e VI do Título IV desta Lei, conduzir apuração administrativa de infração às normas de proteção à pessoa idosa e

provocar a apuração judicial de irregularidades nas entidades de atendimento.

§ 3º As atribuições e garantias a que se referem os §§ 1º e 2º deste artigo não excluem outras, desde que compatíveis com a finalidade e as atribuições da Defensoria Pública.

§ 4º A comunicação obrigatória e a solicitação de providências documentais de que tratam o inciso IV do parágrafo único do art. 17, o art. 19 e os incisos XIII e XVI do *caput* do art. 50 desta Lei serão dirigidas também à Defensoria Pública, para as providências que entender cabíveis.”

Art. 4º Os arts. 19 e 45 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 19.
.....

II-A - Defensoria Pública;

.....” (NR)

“Art. 45. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 43 desta Lei, o Poder Judiciário, a requerimento do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da pessoa idosa, poderá determinar, entre outras, as seguintes medidas:

.....” (NR)

Art. 5º A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 83-A:

“Art. 83-A. As pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la serão atendidas com prioridade pela autoridade policial, que oficiará imediatamente o juiz para decidir, em até 48 (quarenta e oito) horas, sobre a adoção das medidas protetivas de urgência cabíveis no caso.

§ 1º Sem prejuízo de outras medidas protetivas de urgência, o juiz poderá aplicar ao agressor, a requerimento do Ministério Público ou da Defensoria Pública ou a pedido do ofendido:

I - apreensão imediata de arma de fogo sob sua posse;

II - suspensão ou restrição do porte de arma de fogo, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento);

III - afastamento temporário ou definitivo do lar ou domicílio da pessoa com deficiência ou de local de convivência com ela;

IV - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da pessoa com deficiência, de seus familiares e de testemunhas, com fixação do limite mínimo de distância entre o agressor e essas pessoas;

b) contato com a pessoa com deficiência, com seus familiares e com testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) presença em determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da pessoa com deficiência;

V - restrição ou suspensão de visitas à pessoa com deficiência.

§ 2º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação daquelas previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da pessoa com deficiência ou as circunstâncias a exigirem, observado que a providência deve ser comunicada ao Ministério Público.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, o juiz poderá requisitar auxílio da força policial a qualquer momento.

§ 4º Aplica-se subsidiariamente, no que for cabível, o disposto na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)."

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2023.

ARTHUR LIRA
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 150/2023/SGM-P

Brasília, 15 de junho de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: Envio de substitutivo para apreciação

Senhor Presidente,


Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4.438, de 2021, do Senado Federal, que "Altera as Leis nºs 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), e 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para aprimorar a defesa dos direitos humanos e estabelecer medidas protetivas de urgência para as pessoas idosas e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la".

Atenciosamente,


ARTHUR LIRA
Presidente

Recebido em 15/06/23

Hora: 12:13


Rosângela Salgueiro - Mat. 310713

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4.438 de 2021 do Senado Federal, que "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer medidas protetivas de urgência para idosos e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la".

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Altera as Leis nºs 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), e 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para aprimorar a defesa dos direitos humanos e estabelecer medidas protetivas de urgência para as pessoas idosas e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera as Leis nºs 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), e 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para aprimorar a defesa dos direitos humanos e estabelecer medidas protetivas de urgência para as pessoas idosas e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la.

Art. 2º O Título III da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), passa a vigorar acrescido do seguinte Capítulo III:

"CAPÍTULO III
DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA EM CASO DE
VIOLÊNCIA

Art. 45-A. As pessoas idosas que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la serão atendidas com prioridade pela autoridade policial, que oficiará imediatamente o juiz para decidir, em até 48 (quarenta e oito) horas, sobre a adoção das medidas protetivas de urgência cabíveis no caso.

§ 1º Sem prejuízo de outras medidas protetivas de urgência, o juiz poderá aplicar, a requerimento do Ministério Público ou da Defensoria Pública ou a pedido do ofendido, as seguintes medidas:

I - apreensão imediata de arma de fogo sob a posse do agressor;

II - suspensão ou restrição do porte de arma de fogo do agressor, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento);

III - afastamento temporário ou definitivo do agressor do lar ou domicílio da pessoa idosa ou de local de convivência com ela;

IV - proibição de determinadas condutas do agressor, entre as quais:

a) aproximação da pessoa idosa, de seus familiares e de testemunhas, com fixação do limite mínimo de distância entre ele e essas pessoas;

b) contato com a pessoa idosa, com seus familiares e com testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) presença em determinados lugares, a fim de preservar a integridade física e psicológica da pessoa idosa;

V - restrição ou suspensão de visitas do agressor à pessoa idosa;

VI - substituição do curador da pessoa idosa;

VII - substituição da entidade de abrigo da pessoa idosa.

§ 2º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação daquelas previstas no art. 45 desta Lei ou de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da pessoa idosa ou as circunstâncias a exigirem, observado que a providência deve ser comunicada ao Ministério Público.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, o juiz poderá requisitar auxílio da força policial a qualquer momento.

§ 4º Aplica-se subsidiariamente, no que for cabível, o disposto na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)."

Art. 3º O Título V da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), passa a vigorar acrescido do seguinte Capítulo II-A:

"CAPÍTULO II-A
DA DEFENSORIA PÚBLICA

Art. 77-A. A Defensoria Pública da União, dos Estados ou do Distrito Federal exercerá, nos limites de suas funções institucionais e das respectivas leis orgânicas, a promoção e a defesa dos direitos e interesses assegurados por esta Lei, em todos os graus, judicial e extrajudicialmente, em caráter individual ou coletivo, de forma integral e gratuita, competindo-lhe, em especial, orientar e fiscalizar as entidades governamentais e não governamentais de atendimento à pessoa idosa na forma prevista nesta Lei.

§ 1º Para o exercício das atribuições decorrentes deste artigo, a Defensoria Pública poderá, no que couber, valer-se das previsões contidas nos arts. 45, 45-A e 52 e nos incisos I a X do *caput* do art. 74 desta Lei, assegurado a ela livre acesso a toda entidade de atendimento à pessoa idosa.

§ 2º A Defensoria Pública poderá, na forma prevista nos Capítulos V e VI do Título IV desta Lei, conduzir apuração administrativa de infração às normas de proteção à pessoa idosa e

provocar a apuração judicial de irregularidades nas entidades de atendimento.

§ 3º As atribuições e garantias a que se referem os §§ 1º e 2º deste artigo não excluem outras, desde que compatíveis com a finalidade e as atribuições da Defensoria Pública.

§ 4º A comunicação obrigatória e a solicitação de providências documentais de que tratam o inciso IV do parágrafo único do art. 17, o art. 19 e os incisos XIII e XVI do *caput* do art. 50 desta Lei serão dirigidas também à Defensoria Pública, para as providências que entender cabíveis.”

Art. 4º Os arts. 19 e 45 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 19.
.....

II-A - Defensoria Pública;

.....”(NR)

“Art. 45. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 43 desta Lei, o Poder Judiciário, a requerimento do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da pessoa idosa, poderá determinar, entre outras, as seguintes medidas:

.....”(NR)

Art. 5º A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 83-A:

“Art. 83-A. As pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la serão atendidas com prioridade pela autoridade policial, que oficiará imediatamente o juiz para decidir, em até 48 (quarenta e oito) horas, sobre a adoção das medidas protetivas de urgência cabíveis no caso.

§ 1º Sem prejuízo de outras medidas protetivas de urgência, o juiz poderá aplicar ao agressor, a requerimento do Ministério Público ou da Defensoria Pública ou a pedido do ofendido:

I - apreensão imediata de arma de fogo sob sua posse;

II - suspensão ou restrição do porte de arma de fogo, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento);

III - afastamento temporário ou definitivo do lar ou domicílio da pessoa com deficiência ou de local de convivência com ela;

IV - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da pessoa com deficiência, de seus familiares e de testemunhas, com fixação do limite mínimo de distância entre o agressor e essas pessoas;

b) contato com a pessoa com deficiência, com seus familiares e com testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) presença em determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da pessoa com deficiência;

V - restrição ou suspensão de visitas à pessoa com deficiência.

§ 2º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação daquelas previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da pessoa com deficiência ou as circunstâncias a exigirem, observado que a providência deve ser comunicada ao Ministério Público.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, o juiz poderá requisitar auxílio da força policial a qualquer momento.

§ 4º Aplica-se subsidiariamente, no que for cabível, o disposto na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)."

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2023.

ARTHUR LIRA
Presidente



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 4.438, de 2021 (Substitutivo da Câmara dos Deputados), que *altera as Leis nºs 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), e 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para aprimorar a defesa dos direitos humanos e estabelecer medidas protetivas de urgência para as pessoas idosas e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la.*

Relator: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei (PL) nº 4.438, de 2021, originalmente de autoria da Senadora Simone Tebet.

O PL nº 4.438, de 2021, altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer medidas protetivas de urgência para idosos e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Por sua vez, o Substitutivo realiza as seguintes alterações no mencionado PL:

- a) Adequação da ementa ao novo conteúdo;
- b) Diversas pequenas modificações de redação, aprimorando a sintaxe;
- c) Substituição do termo idoso pela expressão pessoa idosa;
- d) Inclusão da Defensoria Pública como possível peticionária para a concessão de medidas protetivas em favor da pessoa idosa, no § 1º do *caput* do art. 45-A do Estatuto da Pessoa Idosa;
- e) Especificação, nos incisos II e III do art. 45-A do Estatuto da Pessoa Idosa, que a medida se aplica em desfavor do agressor;
- f) Utilização do art. 1º para a definição do objeto da proposição;
- g) Redesignação, como art. 5º, do art. 2º presente na redação original do PL; e
- h) Inclusão de novo conteúdo, sob a forma dos arts. 3º e 4º do Substitutivo, que criam, no Estatuto da Pessoa Idosa: i) ampla previsão da atuação da Defensoria Pública em favor da pessoa idosa, sob a forma do novo art. 77-A; ii) inclusão da Defensoria Pública como destinatária de comunicação obrigatória de casos de suspeita ou confirmação de violência contra pessoa idosa, no art. 19; e iii) inclusão da Defensoria Pública e da pessoa idosa como possíveis requeredoras ao Judiciário de medidas específicas de proteção, no art. 45.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Após retornar ao Senado Federal, a proposição foi distribuída para apreciação pela CDH. Na sequência, será enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

II – ANÁLISE

O inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) atribui à CDH a competência para opinar sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência e proteção aos idosos.

O Substitutivo ao PL nº 4.438, de 2021, apresenta emenda de conteúdo à proposição previamente aprovada no Senado. Nos termos do parágrafo único do art. 65 da Constituição Federal, sendo o projeto emendado, retorna para análise final por sua casa iniciadora, o Senado Federal.

O Regimento Interno do Senado Federal dispõe, em seus arts. 285 e 287, que emenda da Câmara a projeto do Senado não é suscetível de modificação por meio de subemenda, devendo o substitutivo da Câmara a projeto do Senado ser considerado série de emendas e votado, separadamente, por artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, em correspondência aos do projeto emendado, salvo aprovação de requerimento para votação em globo ou por grupos de dispositivos, obedecido o fato de emenda da Câmara só poder ser votada em parte se o seu texto for suscetível de divisão.

Ao apreciar o PL, a Câmara dos Deputados promoveu alterações que aprimoram a clareza do texto e sua técnica legislativa, harmonizam a redação com a atual legislação, que prefere o uso de pessoa idosa em desfavor do termo idoso, e asseguram o papel da Defensoria Pública como ente de atuação em proteção da pessoa idosa.

Em contato com este Senado Federal, a Defensoria Pública propôs especificação do limite de sua atuação fiscalizatória, vinculando a previsão do *caput* do art. 77-A ao disposto em seu § 2º.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Tal ideia nos parece realmente meritória. E veja-se que ela não realiza modificação de mérito, limitando-se a mero ajuste redacional que chama atenção para conteúdo dispositivo já existente.

Dessa maneira, só podemos concluir pela aprovação do inovador e meritório Substitutivo elaborado pela Câmara dos Deputados, incluindo-se breve emenda de redação.

III – VOTO

Em vista do exposto, votamos pela **aprovação** do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4.438, de 2021, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº -CDH (de Redação)

Dê-se a seguinte redação ao *caput* do art. 77-A da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, na forma do art. 3º do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4.438, de 2021:

“CAPÍTULO II-A

DA DEFENSORIA PÚBLICA

Art. 77-A. A Defensoria Pública da União, dos Estados ou do Distrito Federal exercerá, nos limites de suas funções institucionais e das respectivas leis orgânicas, a promoção e a defesa dos direitos e interesses assegurados por esta Lei, em todos os graus, judicial e extrajudicialmente, em caráter individual ou coletivo, de forma integral e gratuita, competindo-lhe, em especial, orientar e fiscalizar, nos termos do disposto no § 2º deste artigo, as entidades governamentais e não governamentais de atendimento à pessoa idosa na forma prevista nesta Lei.

”



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

10



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 419, DE 2023

Modifica os arts. 65 e 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar circunstância atenuante e vedar a redução do prazo de prescrição para os crimes que envolvam violência sexual contra a mulher, quando o agente for, na data do fato, menor de 21 (vinte e um) anos ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos de idade.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2234449&filename=PL-419-2023



[Página da matéria](#)



Modifica os arts. 65 e 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar circunstância atenuante e vedar a redução do prazo de prescrição para os crimes que envolvam violência sexual contra a mulher, quando o agente for, na data do fato, menor de 21 (vinte e um) anos ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos de idade.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei modifica os arts. 65 e 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar circunstância atenuante e vedar a redução do prazo de prescrição para os crimes que envolvam violência sexual contra a mulher, quando o agente for, na data do fato, menor de 21 (vinte e um) anos ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos de idade.

Art. 2º Os arts. 65 e 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 65.

I - ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher;

.....”(NR)

“Art. 115. São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos, salvo se o

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

crime envolver violência sexual contra a
mulher.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente



Of. nº 290/2023/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 419, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Modifica os arts. 65 e 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar circunstância atenuante e vedar a redução do prazo de prescrição para os crimes que envolvam violência sexual contra a mulher, quando o agente for, na data do fato, menor de 21 (vinte e um) anos ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos de idade”.

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA
Presidente



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>
- art65
- art115



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 419, de 2023, da Deputada Laura Carneiro, que *modifica os arts. 65 e 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar circunstância atenuante e vedar a redução do prazo de prescrição para os crimes que envolvam violência sexual contra a mulher, quando o agente for, na data do fato, menor de 21 (vinte e um) anos ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos de idade.*

Relatora: Senadora **PROFESSORA DORINHA SEABRA****I – RELATÓRIO**

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o PL nº 419, de 2023, que se dirige ao art. 65 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) para excluir da condição de atenuante da pena o fato de o autor ser menor de vinte e um anos, na data do cometimento do delito, ou maior de setenta anos, na data da sentença, *quando se tratar de crimes que envolvam violência sexual*



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

contra a mulher. Com intuito semelhante, o PL também altera o art. 115 do Código Penal para vedar a redução do prazo prescricional quando se tratar de crime envolvendo violência sexual contra a mulher.

Para isso, a proposição, em seu art. 1º, enuncia o objeto e o âmbito de aplicação da lei. Em seu art. 2º, como já vimos, altera o art. 65 do Código Penal de modo a fazer com que as condições de menor de vinte e um anos, na data do fato, ou maior de setenta anos, na data da sentença, deixem de ser consideradas atenuantes quando se tratar de crime envolvendo violência sexual contra a mulher. Em seu art. 3º, como também vimos, a proposição faz gesto análogo ao alterar o art. 115 do Código Penal para impedir que as mesmas condições etárias, já aqui descritas, gerem prescrição quando se tratar de crimes envolvendo violência sexual contra a mulher.

Em suas razões, a autora observa o recrudesimento dos crimes sexuais contra a mulher a partir do ano de 2021 e informa que, de acordo com estudo que cita, a continuidade da violência é causada, entre outros fatores, pela certeza da impunidade que tem o agressor. Tal crença na impunidade, por sua vez, seria diariamente reforçada, há décadas, pelas leniências implicadas pelas atenuantes da pena e pelos critérios de redução do prazo prescricional.

A proposição foi distribuída para exame por esta Comissão e seguirá para apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O exame da proposição por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) é regimental face ao disposto no inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

Tampouco se observam impedimentos de constitucionalidade ou de juridicidade.

No que diz respeito ao mérito, não podemos senão louvar a proposição. Nos anos 1990, começamos a produzir Leis que determinavam a formação de estatísticas, seja sobre aspectos positivos, sejam negativos, da marcha da sociedade brasileira pelo século vinte e um adentro. Temos nos estarrecido, desde então, com as marcas da violência entre nós e, em especial, daquela contra as mulheres. Ficamos sabendo melhor quem éramos, e não gostamos de tudo o que vimos. A ideia normativa da proposição pode ser descrita como uma resposta aos padrões e comportamento que os números expõem.

O direito penal não apenas desagrava a sociedade para reafirmar a seus membros o caráter razoável dos sacrifícios que deles demanda, como também induz ao comportamento correto. A proposição que ora debatemos tem o condão de impedir que a preocupação, razoável, com o direito penal desapareça do horizonte dos agentes através dos escoadouros das circunstâncias atenuantes e da prescrição.

E não é movimento isolado. Aos 17 de maio de 2012 entrou em vigor a Lei nº 12.650, a Lei Joanna Maranhão, que diagnosticou afinidade entre o instituto da prescrição da pretensão punitiva do Estado e a ocorrência de crimes, sexuais ou com violência, contra crianças ou adolescentes e bloqueou tal via.

Entendemos que se trata de proposição com o mesmo espírito diagnóstico e com solução normativa semelhante à da Lei Joanna Maranhão, cuja vigência, acreditamos, já fez bastante bem às crianças ou adolescentes. Portanto, a proposição que ora debatemos, além de fazer sentido e de possuir clareza e precisão técnicas, *é instituto já testado e aprovado*.



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

III – VOTO

Em razão dos argumentos apresentados, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 419, de 2023.

Sala da Comissão, de abril de 2024.

Senador Paulo Paim, Presidente

Senadora Professora Dorinha Seabra, Relatora

11



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 311/2022/PS-GSE

Brasília, 17 de maio de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 3.346, de 2019, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para assegurar adaptação razoável do horário de trabalho que permita prestação alternativa ao empregado e ao servidor público, em virtude de escusa de consciência, quando o seu dia de guarda religioso coincidir com os dias ou os turnos do exercício de atividades laborais”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220164005300>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3346, DE 2019

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para assegurar adaptação razoável do horário de trabalho que permita prestação alternativa ao empregado e ao servidor público, em virtude de escusa de consciência, quando o seu dia de guarda religioso coincidir com os dias ou os turnos do exercício de atividades laborais.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)



Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para assegurar adaptação razoável do horário de trabalho que permita prestação alternativa ao empregado e ao servidor público, em virtude de escusa de consciência, quando o seu dia de guarda religioso coincidir com os dias ou os turnos do exercício de atividades laborais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 67 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e os arts. 5º, 97 e 239 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para assegurar adaptação razoável do horário de trabalho que permita prestação alternativa ao empregado e ao servidor público, em virtude de escusa de consciência, quando o seu dia de guarda religioso coincidir com os dias ou os turnos do exercício de atividades laborais.

Art. 2º O art. 67 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º, 3º, 4º e 5º, numerado o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 67.

§ 1º

§ 2º Nos termos do inciso VIII do *caput* do art. 5º da Constituição Federal, fica assegurada ao empregado, a critério do empregador, em comum acordo com o empregado e sem ônus ou perdas para este, mediante prévio e motivado requerimento, adaptação

razoável do horário de trabalho em razão de escusa de consciência por motivo religioso, observadas as seguintes prestações alternativas:

I - escolha do dia da semana para desfrutar do descanso semanal remunerado quando o período do seu labor coincidir com os dias ou turnos nos quais, segundo preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de atividades laborais;

II - acréscimo de horas diárias ou troca de turno até a compensação do quantitativo de horas de trabalho definidas no contrato de trabalho, quando não forem cumpridas por coincidirem com o dia comunicado como sagrado pelo empregado.

§ 3º A comunicação da ausência devido à consciência de credo deverá ser feita antecipadamente pelo empregado ao empregador, e, se este não aceitar o pedido, desde que apresente razões plausíveis para a não concordância e os motivos da impossibilidade ou do impedimento legalmente justificável da adaptação razoável de ajustes da rotina laboral em virtude de exigências técnicas da empresa contratante, poderá o empregado requerer a rescisão do contrato de trabalho, sem prejuízo do tempo trabalhado e dos direitos assegurados.

§ 4º A entrevista para a seleção de candidato ao emprego deve limitar-se a averiguar sua qualificação, potencial, técnica e motivação, vedada a realização de pergunta discriminatória.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 5º Fica garantido ao empregado o direito de uso de adereços e de costumes associados ao seu credo no local de trabalho, salvo comprovada a incompatibilidade ou o impedimento legalmente justificável dessa prática para a realização da atividade laboral.” (NR)

Art. 3º A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º
.....

§ 4º Fica garantida a adaptação razoável nos casos de alegada escusa de consciência por motivo religioso, por ocasião da inscrição em concurso público, do provimento e do exercício em cargo público, em caráter efetivo ou em comissão.” (NR)

“Art. 97.

Parágrafo único. Nos termos do inciso VIII do *caput* do art. 5º da Constituição Federal, fica assegurada ao servidor público, a critério de sua chefia imediata, em comum acordo e sem ônus ou perdas para o servidor público, mediante prévio e motivado requerimento, adaptação razoável do horário de serviço em razão de escusa de consciência por motivo religioso, observadas as seguintes prestações alternativas:

I - escolha do dia da semana para desfrutar do descanso semanal remunerado quando o período do seu labor coincidir com os dias ou os turnos nos

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

quais, segundo preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de atividades laborais;

II - acréscimo de horas diárias ou troca de turno até a compensação do quantitativo de horas de serviço definidas na sua jornada de trabalho, quando não forem executadas por coincidirem com o dia comunicado como sagrado pelo servidor público." (NR)

"Art. 239.

Parágrafo único. Fica garantido ao servidor público o direito de uso de adereços e de costumes associados ao seu credo no local de serviço, salvo comprovada a incompatibilidade ou o impedimento legalmente justificável dessa prática para a realização da atividade laboral." (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 17 de maio de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art5_cpt_inc8

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);

CLT - 5452/43

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452>

- art67

- Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União; RJU; Lei dos Servidores Públicos - 8112/90

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8112>

- art5

- art97

- art239



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Magno Malta

PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 3346, de 2019, do Deputado Wolney Queiroz, que *altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para assegurar adaptação razoável do horário de trabalho que permita prestação alternativa ao empregado e ao servidor público, em virtude de escusa de consciência, quando o seu dia de guarda religioso coincidir com os dias ou os turnos do exercício de atividades laborais.*

Relator: Senador **MAGNO MALTA**

I – RELATÓRIO

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei (PL) nº 3.346, de 2019, que, conforme sua ementa, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

para assegurar adaptação razoável do horário de trabalho que permita prestação alternativa ao empregado e ao servidor público, em virtude de escusa de consciência, quando o seu dia de guarda religioso coincidir com os dias ou os turnos do exercício de atividades laborais.

O art. 1º da proposição descreve seu objeto, a saber, a garantia de prestação laboral alternativa em virtude de escusa de consciência, isto é, a



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Magno Malta

2

SF/24646.71572-54

garantia, como se vê pelo restante da proposição, de que haja negociações entre o empregado e o empregador para o estabelecimento de adaptações razoáveis de dias e horários que permitam que o empregado guarde o dia, ou o momento, ou a ocasião, por ele considerado como sagrado, no qual não se deve trabalhar. O art. 1º ainda se refere ao âmbito de aplicação da lei que propõe: trata-se da relação entre atividade econômica, por um lado, e, por outro, motivações comportamentais de natureza religiosa, que nomeia de “dia de guarda religioso”.

O art. 2º do PL nº 3.346, de 2019, dirige-se ao art. 67 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em que inscreve quatro parágrafos, numerando o atual parágrafo único como § 1º.

O primeiro deles, fundando-se no inciso VIII do art. 5º da Carta Magna, que veda a privação de direitos em razão de convicção religiosa, filosófica ou política e que relaciona o exercício de tais direitos à forma da “prestação alternativa”, assegura ao empregado o direito de se dirigir ao empregador para com ele fixar formas de prestações alternativas de atividades laborais devidas. Tais formas alternativas estão prescritas em dois incisos: a escolha do dia semanal a ser religiosamente “guardado” de atividades laborais e a forma de sua compensação, a saber, o “acréscimo de horas diárias ou troca de turno até a compensação do quantitativo de horas de trabalho definidas no contrato de trabalho”.

O § 3º acrescido ao art. 67 da CLT determina a comunicação entre empregador e empregado e dá, ao primeiro, o direito de não aceitar o pedido de reserva religiosa do tempo de trabalho, desde que apresente razões plausíveis, e, ao segundo, o direito de, dado o impasse por tais motivos, demandar a “rescisão do contrato de trabalho, sem prejuízo do tempo trabalhado e dos direitos assegurados”.

O terceiro parágrafo adicionado ao art. 67 (§ 4º na proposição) veda indagação discriminatória (por exemplo, a respeito de religião e de um seu eventual dia de guarda) em seleção para emprego, devendo a entrevista se restringir à “qualificação, potencial, técnica e motivação”.

Por fim, o quarto parágrafo adicionado ao art. 67 da CLT garante ao empregado o uso de adereços e de costumes associados a seu credo no local



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Magno Malta

de trabalho, desde que evidente ou legalmente compatíveis com a atividade a ser realizada.

Prossigamos. A proposição, em seu art. 3º, dirige-se ao art. 97 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Ela adiciona o § 4º ao art. 5º para trazer a mesma ideia normativa que levou para a CLT para o regime jurídico do servidor público, passando, a ideia, a fazer parte da regulação “da inscrição em concurso público, do provimento e do exercício em cargo público, em caráter efetivo ou em comissão.”

A seguir, o PL nº 3.346, de 2019, aplica ao regime laboral do servidor público a ideia normativa a que nos temos referido, ao prever, no parágrafo único que acrescenta ao art. 97 da Lei nº 8.112, de 1990, o direito à guarda religiosa de dia ou de horário de trabalho específico, a ser combinado com sua chefia imediata. Nos incisos do parágrafo, estão as formas da prestação alternativa, a saber, a escolha do dia da semana para desfrute de descanso semanal, que passará a ser o dia da guarda religiosa ou formas de compensação como o

acréscimo de horas diárias ou troca de turno até a compensação do quantitativo de horas de serviço definidas na sua jornada de trabalho, quando não forem executadas por coincidirem com o dia comunicado como sagrado pelo servidor público.

A proposição acrescenta parágrafo único ao art. 239 da Lei nº 8.112, de 1990, para garantir ao servidor público o uso de adereços e de costumes associados a seu credo no local de trabalho, desde que evidente ou legalmente compatíveis, como já vimos acima com relação à iniciativa privada, com a atividade a ser realizada.

Por fim, seu art. 4º põe em vigor lei que de si resulte noventa dias após a data de sua publicação oficial.

Após seu exame por esta Comissão, o PL nº 3.346, de 2019, seguirá para exame da Comissão de Assuntos Sociais.

Não foram apresentadas emendas.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Magno Malta

II – ANÁLISE

Conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o exame de matéria respeitante à garantia e proteção dos direitos humanos.

A matéria tem bom fundamento constitucional ao remeter ao art. 5º da Carta Magna, que trata dos direitos fundamentais. Trata-se de positivizar, na ordem jurídica, o direito à vida religiosa, que nossa Constituição guarda com mais intensidade do que se poderia depreender de interpretações açodadas do significado da neutralidade do Estado perante as religiões.

Vejamos nossa história. Ao longo de todo o período colonial, em que o Brasil foi formado, a religião católica era obrigatória. Com a vinda para cá da família real, a exclusividade da prática católica foi abolida, embora essa continuasse a ser a religião do Estado. Com a Carta de 1824, tal situação político-administrativa permanece, mas surge a instituição da tolerância para com outros credos religiosos, em função da abertura dos portos para o mundo, ocorrida em 1808. Com essas instituições, o Brasil passa o século XIX a estabelecer relações independentes com outras nações, e religiões diversas vão sendo recepcionadas no País, conforme as mais distintas comunidades de imigrantes vão chegando, especialmente da Europa e do Oriente. Assim, mesmo que ainda sob a égide do Catolicismo como religião de Estado, a ordem constitucional imperial brasileira anuncia os contornos que terá no Século XX.

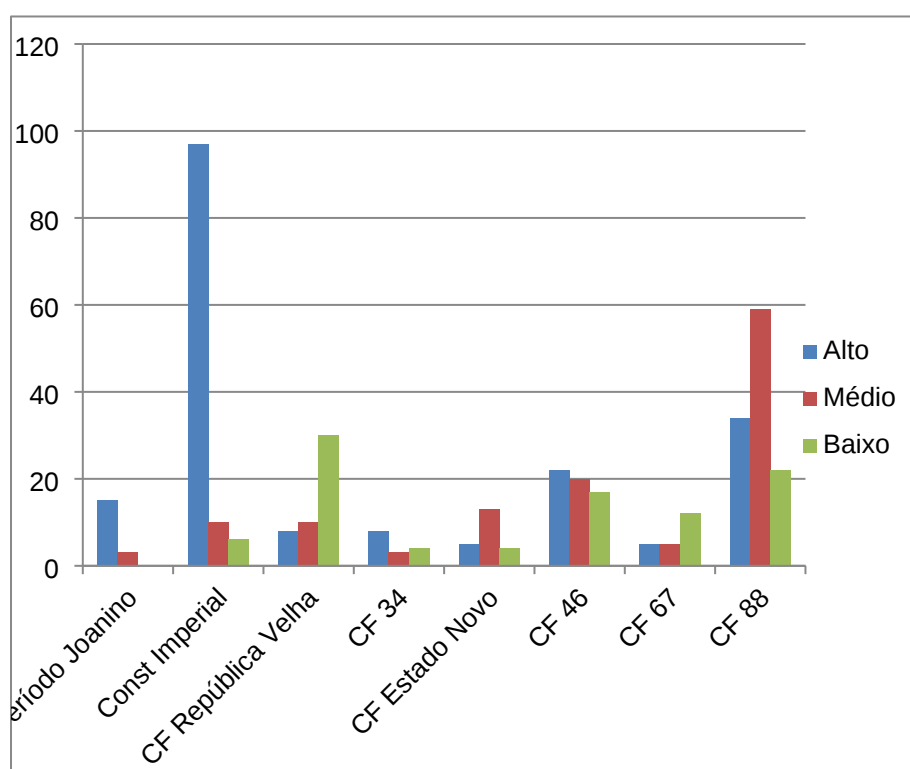
A Carta republicana de 1894, em seu insciente entusiasmo iluminista, bane completamente as relações cooperativas entre a religião e o Estado. Esse movimento, confirmado pela breve Carta de 1934, é, contudo, *revertido, pela Constituição de 1937 e por todas as que lhe seguiram, em cooperação universal, isto é, com qualquer religião, para fins de interesse coletivo* (em especial a educação, a saúde e a assistência social) em razão das fundas raízes históricas das relações entre religião e Estado entre nós.

Apresentamos tais considerações em direção à conclusão de que as relações entre o Estado brasileiro e a religião, ao longo das décadas, jamais



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Magno Malta

foram totalmente interrompidas, nem mesmo pelo iluminismo positivista da República Velha. Como demonstração disso, veja-se, a seguir, gráfico que expressa o grau de aproximação entre o Estado e a religião ao longo das décadas. O gráfico foi produzido com a observação de todas as leis que, entre 1808 e 2013, trataram, de alguma forma, de assunto ligado às religiões. Perguntamos a cada lei o quão próximos ela tornava o Estado e a religião (se o Estado dava recursos à religião, fossem materiais, simbólicos ou jurídicos – ou, se, em movimento contrário, retirava tais recursos (especialmente a partir da Constituição da República Velha). Conforme suas características quanto a tais critérios, definimos como alto, médio ou baixo o grau de cooperação entre o Estado brasileiro e as religiões (inicialmente, apenas a Católica, mas, com a sucessão das Constituições, amplia-se o leque das religiões que cooperam com o Estado) durante o período de vigência de cada Constituição. Veja-se:



Observe-se que o “alto grau de cooperação” entre o Estado e a religião atinge seu apogeu durante a Constituição Imperial, que fazia do Brasil um Estado confessional, e decaiu abruptamente a partir da primeira Constituição republicana. Note-se que jamais voltamos aos patamares do século XIX, mas tampouco as sombras desse deixaram de se projetar nos séculos XX e XXI –



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Magno Malta

isto é: o Brasil jamais foi um estado com fobia de religião, e abraçou as modernas instituições iluministas e republicanas sem abandonar suas raízes. O Estado se afastou do proselitismo, mas não se confundiu com hostilidade à religião, adotando antes uma postura de neutralidade e de equidistância, que sustenta a fé como direito, e não dever, das pessoas.

Essa ligação entre o Estado e a religião, emulada pela democracia, tem caminhado na direção de o Estado adotar instituições que não apenas tolerem a diversidade religiosa, mas que promova as religiões à condição de suas parceiras. Já assistimos a isso na educação, na saúde e, muito especialmente, na assistência social. A rigor, já vemos isso há décadas, e as pessoas que insistem em que o Estado deve ser totalmente desligado da religião não parecem ter ideia da legião de desvalidos que, todos os dias, são auxiliados pelas religiões onde o dinheiro do Estado não chega.

Além de todas essas virtudes, a proposição toca em problemas de sentido bastante relevantes no mundo moderno. A descrição científico-social dos últimos cem anos não tem hesitado em debitar ao avanço econômico a conta da erosão das experiências de sentido, de felicidade e de plenitude em nossos tempos. Tal descrição, que vemos como acertada, faz do capitalismo, do luxo e do consumismo que o acompanham uma espécie de sorvedouro de sentido, dado que produzir e consumir, conduzidos pela propaganda, passam a ser os limitados horizontes de existências sem espírito. E foi a dobradinha entre o Estado avesso à cooperação com as religiões, iluminista, e o desenvolvimento econômico, que tornou a vida moderna insípida e consumista.

A supremacia da economia na formatação dos corpos e das mentes dos brasileiros e das brasileiras demanda tomar, desses corpos e mentes, seu tempo. Como se sabe, são as lutas históricas de trabalhadores que reduziram a jornada de trabalho, devolvendo aos trabalhadores algo de seu próprio tempo outrora livre. Agora, trata-se de outra força histórica, diferente das organizações de trabalhadores, que disputa com as empresas o valor do tempo e do calendário. São as religiões. E, se as lutas históricas dos trabalhadores trouxeram um pouco de bem-estar a tais classes sociais, a luta das religiões, expressa na proposição que ora examinamos, traz experiência de sentido para a vida, inclusive por fazer com que o calendário pragmático e metódico da economia se adeque aos calendários místicos e significativos das religiões. Tratamos, aqui, de reconhecer que o trabalhador é uma pessoa dotada de



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Magno Malta

direitos fundamentais que incluem a espiritualidade, e não uma mera peça produtiva, despersonalizada.

Como forma de evidenciar o valor da proposição para ajudar a recompor, nas pessoas, uma experiência de sentido mais íntegra e pessoal e menos plasmadas nos diversos objetos do consumismo, veja-se que a proposição não hesita em lançar mão do dia de repouso semanal, o dia do bem-estar, digamos assim, que o calendário econômico põe no domingo, para nele repor as horas, ou o dia, em que esteve não atrás de bem-estar, mas de seus deveres e obrigações religiosas.

Trata-se de uma outra qualidade de bem-estar. Aliás, a manifestação dos juristas islâmicos, enviada a essa Casa e anexada ao trâmite do PL nº 3.346, de 2019, aposta em que uma vida religiosa bem vivida gera mais, e não menos, produtividade econômica. A ideia é especialmente boa, especialmente se levarmos em conta que a proposição não causa decisões economicamente irracionais, pois, ao usar a expressão “adaptação razoável” e, caso essa não seja possível, desobrigando o empregador. A proposição busca, portanto, melhor balanço entre religião e espírito humano, de um lado, e economia e bem-estar do corpo humano, de outro.

Registre-se, ainda, que no último dia 26 de fevereiro, esta Comissão realizou audiência pública com o objetivo de debater a “Liberdade de Consciência”, da qual participaram representantes da sociedade civil e grupos de interesse, entre os quais representantes da Associação Internacional de Liberdade Religiosa, da União das Entidades Islâmicas – UNI, da Associação Nacional de Juristas Islâmicos – ANAJI, da Associação Nacional de Juristas Evangélicos – ANAJURE e da Igreja Adventista do Sétimo Dia para América do Sul.

A audiência foi realizada em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2024 – CDH, de autoria do Sen. Paulo Paim, que lembrou, na justificação de seu requerimento, decisão do plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento das ações RE 611.874 e ARE 1.099.099, ao tratar sobre o direito à liberdade de consciência quando da realização de concursos e estágios probatórios no serviço público, em que ficou assegurado o direito de liberdade religiosa às partes envolvidas, e, bem foi reconhecida na ocasião, por alguns ministros da Suprema Corte, a necessidade de se regulamentar em lei, por este



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Magno Malta

Poder Legislativo, de forma prática, o que a Carta Magna já expressa, em seu art. 5º, incisos VI a VIII, no que trata do direito à liberdade de consciência que protege a autonomia do cidadão na adesão de valores religiosos, espirituais, morais ou político-filosóficos.

Quanto à sua juridicidade e técnica legislativa não se vê qualquer óbice. Vazada em linguagem escorreita, clara e direta, a redação do PL 3.346/2019 contribuirá para sua aplicação.

Para concluir, observe-se que a proposição é a vanguarda de nossa dinâmica histórico-constitucional, que tem gerado admiráveis normas que conciliam a fé e a liberdade de consciência, atuando de modo muito eficaz, silenciosamente, no interior das consciências dos brasileiros livres. Por isso mesmo, são também normas que potencializam o desenvolvimento da sociedade brasileira, na medida em que os credos religiosos não se interpõem entre as pessoas – ao contrário, permitem que todos cooperem e ofereçam seu melhor ao conjunto da sociedade, ao mesmo tempo em que preservam suas individualidades e fazem florescer os talentos de cada um.

A proposição é um exemplo muito bom de como ideais e costumes imanentes às sociedades lhes fornecem leis melhores do que as que têm fundamentos transcendentais (isto é, que vêm de outras sociedades), a exemplo da hostilidade estatal contra as religiões e do consumismo, ideais alheios ao Brasil.

III – VOTO

Em razão dos argumentos trazidos, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 3.346, de 2019

Sala da Comissão,



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Magno Malta

, Presidente

, Relator

12



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Zequinha Marinho

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Breves/PA, no mês de maio de 2024, com o objetivo de apurar os casos denunciados de crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes na ilha de Marajó.

JUSTIFICAÇÃO

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que o Pará possui uma taxa de 3.648 casos de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, acima da média nacional de 2.449 casos no que se refere a crimes dessa natureza. Em 2022, foram registrados 550 casos de crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes no arquipélago do Marajó. Desses, 407 foram estupros de vulnerável.

Mais recentemente, foram divulgados pela imprensa nacional casos de abuso sexual com requintes de crueldade. Apesar desses casos terem ganhado proporção, muito pouco tem sido feito para transformar a realidade local da população marajoara. É urgente combater os crimes de abuso e exploração sexual



no arquipélago. Para isso, solicitamos a realização de diligência para apurar os casos já denunciados e buscar medidas alternativas para reverter a situação ali posta.

Sala da Comissão, 3 de abril de 2024.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)



13



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de celebrar os 25 anos da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, preferencialmente no mês de julho de 2024.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento de audiência pública visa a celebração dos 25 anos da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

Neste contexto, é de se destacar que o mencionado diploma legal é um instrumento de vital importância para a imprescindível e integral proteção que deve ser dispensada às vítimas e testemunhas, bem como seus familiares, com a adoção de medidas que garantam sua segurança, bem como preservem sua integridade física e psicológica. Nesse contexto, a instituição do Programa de assistência a vítimas e testemunhas ameaçadas - PROVITA representa verdadeira e efetiva promoção dos direitos humanos em nosso país.



Aliás, tenho muito orgulho de ter sido o autor do projeto de lei que tratou de matéria tão meritória e importante para a população brasileira quando desempenhava meu mandato como Deputado Federal.

Portanto, a presente audiência pública que se deseja realizar é mais do que justa e oportuna, na medida em que temos sim de comemorar a existência em nosso ordenamento jurídico de legislação tão essencial para a proteção daqueles que colaboram com a investigação ou processo criminal, o que demonstra o efetivo compromisso com a concretização das políticas públicas de direitos humanos no Brasil.

Sala da Comissão, de de .

Senador Humberto Costa



14



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Leila Barros

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos da comercialização de dados pessoais no Brasil, com foco na efetividade da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e na proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Senhor Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior, Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD;
- a Exma. Sra. Sra. Erotilde Minharro, Juíza do TRT da 2ª Região e Professora da Faculdade de Direito de São Bernardo;
- o Senhor Victor Hugo Pereira Gonçalves, Doutor em Direito Comercial, Presidente do Instituto Sigilo;
- o Senhor Valdemir Bertolo, Diretor- Presidente do Serasa Experian;
- o Senhor Bernardo Grossi, Doutor pela PUC/MG em Proteção de Dados.

JUSTIFICAÇÃO

A comercialização de dados pessoais é um tema cada vez mais relevante no Brasil e no mundo, com impactos na vida de todos os cidadãos.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) entrou em vigor em 2018, mas ainda há muitas dúvidas sobre sua aplicação e efetividade.



A LGPD é uma legislação fundamental que visa garantir a proteção e a privacidade dos dados pessoais dos cidadãos. Sua importância é vasta e impacta diversos setores da sociedade, desde empresas até órgãos governamentais e indivíduos.

A LGPD desempenha um papel crucial na proteção dos direitos individuais, na promoção da confiança no ambiente digital, na prevenção de abusos e na promoção de uma cultura de dados responsável. É uma legislação que reflete os valores contemporâneos de privacidade e segurança, e seu cumprimento é essencial para o avanço harmonioso da sociedade digital.

Sob a ótica da LGPD, a comercialização de dados pessoais está sujeita a uma série de diretrizes e restrições para garantir a proteção dos direitos individuais e a privacidade das pessoas.

Lamentavelmente há cada vez mais casos no Brasil de desrespeito aos direitos individuais e à LGPD a partir da comercialização de dados pessoais.

É essencial que as empresas ajam com transparência, responsabilidade e respeito à privacidade dos indivíduos, garantindo que a comercialização de dados seja realizada de forma ética e legalmente válida.

Diante da importância do tema, solicitamos apoio para realização de audiência pública que possa debater a questão e buscar soluções para garantir a proteção dos dados pessoais e o uso legal, ético e responsável por parte das empresas e do governo.

Sala da Comissão, 11 de abril de 2024.

Senadora Leila Barros
(PDT - DF)

